

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite reitera as soluções propostas pelo PSD para o combate à crise



Destaques:

«A questão mais grave que hoje enfrentamos e que deve ser pano de fundo para todas as medidas a tomar, é a questão do desemprego»

Pag 2 e seguintes,
"Actividades da Presidência"

PSD denuncia, no Parlamento, mentira do Governo quanto à autoria de um pretenso estudo da OCDE sobre educação

Ler em "Actividades do PSD"

«A política trapalhona de apoio à economia, tem em si o gene da sua própria destruição...»

Em "A opinião dos Outros"
de Vasco Graça Moura



Manuela Ferreira Leite reitera as soluções imediatas, propostas pelos Sociais-Democratas para o combate à crise

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, reiterou hoje as grandes linhas propostas pelos Sociais-Democratas para o combate à crise, anteriormente já formuladas (em Outubro do ano passado), afirmando querer dar “outra oportunidade” ao Governo para as aceitar.

Em conferência de imprensa, a líder social-democrata, ladeada pelo vice-presidente do partido António Borges, e pelo vice-presidente da bancada parlamentar Hugo Veloso, apresentou as propostas de alteração do PSD ao orçamento suplementar, discutido quarta-feira passada no Parlamento, que retomam iniciativas do PSD que foram anunciadas, mas reprovadas pela maioria PS, na discussão do Orçamento de Estado.

“De acordo com o que sucedeu entre Outubro e hoje, temos alguma esperança que o Governo esteja mais lúcido e tenha percebido que, se as nossas propostas tivessem sido aceites, Portugal estaria melhor”, disse.

“Não deixamos de dar esta oportunidade ao Governo para recuar”, acrescentou a líder do PSD, manifestando-se convicta de que, no actual cenário político, o executivo terá de apresentar outros orçamentos rectificativos ao longo deste ano.

A descida da taxa social única, alteração do regime de pagamento do IVA, pagamento das dívidas do Estado às empresas ou extinção do Pagamento Especial por Conta são algumas das medidas de alteração ao orçamento suplementar apresentado pelo Governo, que será discutido na especialidade na próxima quinta-feira.

Para a líder do PSD o desemprego é “a questão mais grave” que o país hoje enfrenta e que deve ser “pano de fundo” de todas as medidas.

“Para isso, é preciso proteger as PME’s que são a maior fonte criadora de emprego do nosso país”, defendeu.

Considerando que a principal dificuldade das pequenas e médias empresas é o seu grau de endividamento, Ferreira Leite salientou que não é com a abertura de linhas de crédito, como propôs o Governo, que se resolvem os problemas deste sector económico.

“Esta solução fica, na maioria dos casos, pelo anúncio e, se conseguissem obter esse crédito ficariam ainda mais endividadas, o que prova o desajuste da medida”, disse.

Por essa razão, o PSD pretende que o Estado “pague as suas dívidas às empresas” e resolva os “sistemáticos atrasos”.

“O plano que o Governo anunciou para resolver esta questão não tem passado disso mesmo, de um anúncio, recheado de burocracia”, criticou.

O pagamento do IVA apenas no momento de emissão da factura, a possibilidade da compensação de créditos entre o Estado e as empresas e a eliminação do Pagamento Especial por Conta são outras das propostas que o PSD irá reapresentar.

Ferreira Leite insistiu ainda na descida em 2 por cento da Taxa Social única suportada pelas entidades patronais como medida de “defesa do emprego” e no alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.

“Estas medidas consubstanciam uma forma oposta à do Governo de encarar a crise. É que o PSD tem em conta a realidade económica, enquanto o Governo só se ocupa com a intervenção do Estado”, sublinhou a líder laranja.

A presidente do PSD voltou a criticar a opção do executivo nos grandes investimentos públicos, considerando que esta “só agrava o endividamento externo e não contribui para o crescimento económico”, apontando o TGV como “caso paradigmático”.

“O Governo, com as suas propostas de despesa pública, reforça a intervenção do Estado, retirando deste modo poder aos cidadãos e às empresas”, disse, considerando que esta opção “discrimina empresas”.

Pelo contrário, defendeu, “a proposta do PSD é transversal e justa porque beneficia todas as empresas e não as deixa dependentes do arbítrio do Estado”.

“É a diferença entre ser o Estado a orientar as empresas como faz o Governo ou



deixar que as empresas se orientem por si como propomos”, referiu.

No final, a Presidente do PSD respondeu a algumas perguntas de clarificação, dos jornalistas, recusando-se, no entanto, a comentar o “caso Freeport”, pois se trata de “assunto que pertence à esfera da Justiça”.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA Texto do comunicado da Presidente do PSD

A Assembleia da República discutiu ontem o Orçamento Rectificativo de 2009. O PSD apresentou propostas de alteração na linha, de resto, do que já tinha feito em Outubro, nomeadamente:

- Descida de 2% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais;
- Alteração do regime de pagamento do IVA;
- Pagamento das dívidas do Estado às empresas;
- Possibilidade da compensação de créditos;
- Extinção do Pagamento Especial por Conta;
- Alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.

Estas propostas foram ignoradas em Outubro e, no entanto, a evolução da crise veio dar plena razão à justeza dessas propostas.

Se tivessem sido aceites, estaríamos hoje muito melhor.

A questão mais grave que hoje enfrentamos e que deve ser pano de fundo para todas as medidas a tomar é a questão do desemprego.

Para isso, é preciso proteger as PME’s que são a maior fonte criadora de emprego no nosso País.

Nesse sentido, todas as medidas que contribuam para ajudar a ultrapassar as dificuldades que actualmente as afectam, fortalece-as e contribuem para a manutenção do emprego.

Ora, a principal dificuldade das PME’s é a tesouraria, aliada ao facto de estarem, em geral, muito endividadas.

É por isso que dizemos que esta questão não se resolve com a abertura de linhas de crédito a que, ainda por cima, poucas têm acesso e, só por isto, esta solução fica, na maioria dos casos, pelo anúncio.



Se conseguissem obter esse crédito ficariam ainda mais endividadas, o que prova o desajuste da medida.

É por termos a clara consciência disto e da urgência de a resolver que o PSD propõe que o Estado altere o seu procedimento quanto aos sistemáticos atrasos nos pagamentos às PME's e que pague as suas dívidas às empresas.

O plano que o Governo anunciou para resolver esta questão não tem passado disso mesmo, de um anúncio, recheado de burocracia, o que faz com que o efeito prático não seja relevante.

É também para aliviar as dificuldades de tesouraria que propusemos o pagamento do IVA no momento da emissão da factura. À semelhança do que já existe em alguns Estados Membros da União Europeia, propõe-se um regime especial, de carácter opcional, em que o imposto é contabilizado com base nos pagamentos e recebimentos efectivos.

Propomos ainda a possibilidade da compensação de créditos entre o estado e as Empresas.

Com os mesmos objectivos das anteriores propostas, o PSD propõe a eliminação do Pagamento Especial por Conta.

A defesa do emprego passa pela redução do custo do trabalho, pelo que o PSD propõe a descida em 2% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais.

Para reduzir o peso da previsível dificuldade de recuperação do emprego, propomos um alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego.

Estas propostas agora apresentadas que, insista-se, já foram apresentadas em Outubro são hoje ainda mais prementes.

Elas consubstanciam uma forma oposta à do Governo de encarar a crise. É que o PSD tem em conta a realidade económica actual, enquanto o Governo só se ocupa com a intervenção do Estado.

Isto é patente quando o Governo insiste na defesa dos mega-projectos, apesar do insuportável nível de endividamento externo, que se verifica hoje em Portugal.

Na actual situação económica, qualquer investimento público em que a componente importada seja significativa, só agrava o endividamento e não contribui para o crescimento económico.

É o caso paradigmático do TGV.

O Governo, com as suas propostas de despesa pública, reforça a intervenção do Estado, retirando deste modo poder aos cidadãos e às empresas.

E essa intervenção, como não pode ser generalizada, não é para todos, é só para alguns.

Discrimina empresas.

A proposta do PSD, de combate à crise, pelo contrário, é transversal e justa porque beneficia todas as empresas e não as deixa dependentes do arbítrio do Estado.



É que cabe às empresas decidir como devem orientar os recursos acrescidos que lhes são postos à disposição.

É a diferença entre ser o Estado a orientar as empresas como faz o Governo ou deixar que as empresas se orientem por si como propomos.

O PSD espera que a maioria socialista aprove estas propostas porque não há tempo a perder e a realidade é clara para todos.

O PSD reafirma a sua convicção de que se as suas propostas forem aceites, os Portugueses ficarão numa melhor situação e o desemprego não aumentará.

A situação actual não é uma fatalidade; há outras soluções e outros resultados.

Os Portugueses, tal como já aconteceu há uns meses quando denunciámos a nossa situação económica, nomeadamente o nosso nível de endividamento, vão dar-nos razão, e mais uma vez sentirão que lhes falámos verdade. - Manuela Ferreira Leite, 30-01-08



Orçamento Suplementar para 2009 é “extremamente negativo e totalmente irrealista”

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, classificou o Orçamento Suplementar para 2009 como “extremamente negativo e totalmente irrealista”, antecipando o voto “claramente contra” da sua bancada.

“O PSD considera que o Orçamento Suplementar é extremamente negativo, totalmente irrealista. Já é feito com uma base que não é realista”, disse Paulo Rangel, numa antecipação do debate de quinta-feira no Parlamento sobre este documento.

Criticando o facto de o Orçamento Suplementar ter sido feito com base em projecções macro-económicas que já estão “desacreditadas”, o líder da bancada social-democrata considerou que o documento não é mais do que uma “reprise” do Orçamento de Estado para 2009.

Por isso, acrescentou, o PSD irá apresentar propostas concretas para fazer face à crise, como a redução da Taxa Social Única em “dois ou três” pontos percentuais para todas as empresas.

“É uma medida alavanca da economia”, sublinhou Paulo Rangel.

Além disso, continuou, os sociais-democratas vão ainda defender a alteração



das regras do IVA, para que este imposto seja “pago com o recibo e não com a factura”, ou seja, que os contribuintes só tenham de pagar ao Estado depois de receberem.

“As medidas do Governo têm um pequeno impacto”, criticou o líder parlamentar social-democrata.

Quanto ao sentido de voto da bancada do PSD, Paulo Rangel antecipou um “voto claramente contra”, porque atribui “prioridade ao investimento”.

O Orçamento Suplementar, assim como a revisão do programa de Estabilidade e Crescimento, foram aprovados pelo Governo a 16 de Janeiro, com as previsões económicas a reflectirem a degradação da crise internacional.

O Governo espera uma quebra do produto interno bruto (PIB) este ano igual a 0,8 por cento, com uma taxa de desemprego a subir para 8,5 por cento e o défice a derrapar para 3,9 por cento do PIB.

No debate quinzenal com o PM

As políticas económicas e sociais marcaram o debate quinzenal com o



primeiro-ministro no Parlamento, que foi aberto pelo PSD.

De acordo com os temas entregues pelos partidos à mesa da Assembleia da República, o PSD irá questionar José Sócrates sobre políticas económicas e financeiras, políticas sociais e questões de soberania.

Os mesmos três temas foram escolhidos pelo CDS-PP para o debate quinzenal, enquanto o grupo parlamentar do PS aproveitou o seu tempo para atacar os outros partidos, especialmente o PSD e o CDS-PP, em apoio às teses governamentais e justificando a sua intervenção com uma pequena e inócua pergunta final.

Políticas económicas e sociais foram igualmente os temas escolhidos pelo PCP, repetidos pelo Bloco de Esquerda, que quer ainda introduzir no debate com o primeiro-ministro as relações internacionais.

Já o Partido Ecologista “Os Verdes” quis ver discutidos no Parlamento os impactos sociais e ambientais da política económica do Governo.

Seguindo o modelo do regimento da Assembleia da República aprovado na anterior sessão legislativa, um dos dois debates quinzenais é aberto pelo primeiro-ministro, enquanto o outro começa com perguntas de um grupo parlamentar, do maior para o mais pequeno.

O regimento prevê que, neste modelo, os grupos parlamentares devem comunicar ao Governo e à Assembleia da República os temas que levarão ao debate com 24 horas de antecedência.

O Governo travestiu um relatório ‘encomendado’, de «documento oficial da OCDE»

Durante o debate, o PSD revelou que o Governo mentiu quanto à autoria de um estudo internacional sobre educação, fazendo-o passar por um documento da OCDE, quando apenas o prefácio era da autoria de uma alta funcionária daquela instituição.

“O sr. primeiro-ministro e os assessores do Governo fizeram passar para a imprensa que isto era um relatório da OCDE quando não é. Faltaram à verdade aos portugueses”, acusou o líder parlamentar do PSD Paulo Rangel.

Rangel referia-se ao estudo intitulado “Políticas de valorização do primeiro



ciclo do ensino básico em Portugal” e que tinha sido apresentado na segunda-feira da semana passada, pelo primeiro-ministro e pela ministra da Educação.

Na resposta, o primeiro-ministro, como habitualmente, não respondeu “a direito”, mas voltou às velhas acusações de “chicana política”.

Fugindo ao anúncio inicial da autoria do relatório, Sócrates pretendeu que “... nunca disse que o relatório é da OCDE (...) É um estudo de peritos internacionais independentes que segue de perto a

abordagem e a metodologia da OCDE”, sustentou primeiro-ministro.

Na réplica, o líder social-democrata foi mais longe nas acusações.

“Se esse relatório é tão bom, é tão credível e merece tanta confiança porque teve necessidade de mentir, dizendo que pertence à OCDE, quando não pertence?”, questionou.

“O Governo encomendou um estudo por sua conta, que tem por base um relatório do Ministério da Educação, para cuja conclusão foram consultadas apenas sete autarquias - seis do PS e a de Gondomar”, criticou Paulo Rangel.

O primeiro-ministro reiterou que “afinal, apesar do “show” da apresentação, o Governo não levou ninguém ao engano” sobre autoria do estudo; e atribuiu as críticas ao “desespero do PSD”.

Sócrates respondeu com a habitual mistura de arrogância e fuga às questões, dizendo que “os senhores não suportam o sucesso do país, os senhores estão contra o sucesso do país (...) Têm apenas ciúmes e inveja”.

Também o líder parlamentar do PSD fez mais algumas perguntas que ficaram (como habitualmente) sem resposta, nomeadamente quanto às críticas do deputado da bancada socialista, Ventura Leite, que acusou o ministro Mário Lino de “negligência” num processo de compra de aviões da TAP.

“E o senhor primeiro-ministro, o Governo, que posição têm sobre esta ne-

gligência grosseira que tanto prejudicou Portugal?”, questionou Rangel.

O caso “Freeport” acabou por entrar no debate já na parte final, levado pelo líder do Bloco de Esquerda, que questionou o primeiro-ministro sobre as alterações feitas em 2002 à Zona de Protecção Especial (ZPE) em Alcochete, invocando que Constituição da República Portuguesa só permite a Governos de gestão os actos estritamente necessários para a gestão de negócios públicos.

Na resposta, José Sócrates, acusou Louçã de “não querer falar da Constituição”, mas sim do “caso Freeport”, acabando por esclarecer que aquelas alterações à ZPE “foram ditadas por razões eminentemente técnicas e de melhoria de condições técnicas, propostas há muito tempo”.

Reiterando que a alteração da ZPE nada tem a ver com o licenciamento, José Sócrates disse que em casos de governos de gestão “há uma praxe constitucional”: o Presidente da República pergunta ao novo Governo se deve promulgar o decreto em questão “e é por isso que aquele decreto chegou a entrar em vigor”, afirmou.

O tema das dificuldades das empresas e do desemprego voltaria ao debate pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, que questionou o Governo sobre o número de casais desempregados e confrontou o primeiro-ministro com as dificuldades das empresas em aceder às ajudas disponibilizadas.

“O primeiro-ministro anda iludido com a situação da economia real”, afirmou Paulo Portas, depois de ouvir o primeiro-ministro defender que as medidas já criadas de combate à crise e de apoio aos desempregados são as adequadas.

Paulo Portas reclamou ainda medidas para alargar atribuição do subsídio de desemprego aos jovens, uma das faixas etárias mais afectadas pela falta de emprego e pela crise económica. - Fontes: GP/PSD, Lusa

Líder parlamentar reitera megalomania no avanço da construção do TGV

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, afirmou que o PSD está “de acordo com a ideia de que tem de haver uma articulação europeia ou até global” para a eliminação dos ‘off-shores’.

“Estamos de acordo com a ideia de que tem haver uma articulação europeia ou até global. Não faz sentido resolver este problema numa escala nacional” até porque “isso não terá efeito absolutamente nenhum e será sempre prejudicial para o país que o faça”, afirmou Paulo Rangel, em declarações à Agência Lusa.

O líder parlamentar social-democrata recusou também que o PSD seja contra o investimento público, mas sim “contra as obras megalómanas para as quais não existe neste momento qualquer capacidade do país resistir”, numa referência ao TGV.

José Sócrates tinha acusado o PSD de ser “o único partido da oposição na Europa que em vez de reclamar mais investimento pede ao Governo que não faça nenhum”.

Ora, para Paulo Rangel, “trata-se de mais uma afirmação recorrente e falsa, do primeiro-ministro”, considerando





que José Sócrates “é recorrente em dizer que o PSD tem determinadas posições, que o PSD na realidade, não tem nem exprimi”.

“Para nós, é preciso - isso sim! - fazer um exame muito criterioso daqueles investimentos que, através de um exame custo/benefício, sejam investimentos rentáveis para Portugal e não investimentos que se traduzam num desperdício de dinheiro, que cria algum emprego num certo momento mas que depois, não tem nenhuma possibilidade de rentabilização no futuro”, explicou Paulo Rangel.

O líder parlamentar do PSD afirmou ainda que o TGV, “claramente é um investimento megalómano, que neste momento devia ser posto de lado e que não vai ter nenhum efeito” na economia nacional, considerando que a obra, “neste momento, não tem interesse para o país”.

Paulo Rangel confirmou ainda o abandono de Agostinho Branquinho da vice-liderança da bancada parlamentar social-democrata a partir de hoje, passando a assumir a responsabilidade executiva pelas três campanhas eleitorais de 2009: europeias, legislativas e autárquicas. - Lusa

Posição muito fragilizada do governador do Banco de Portugal

O PSD considera que o governador do Banco de Portugal “tem uma posição muito fragilizada” e devia concluir “não ter condições para desempenhar as suas funções”, a propósito da listagem de clientes alegadamente entregue pelo BCP à entidade supervisora.

Em declarações à agência Lusa, o deputado social-democrata que integrou a comissão de inquérito à supervisão financeira, disse que a listagem alegadamente entregue pelo BCP à entidade supervisora, que incluía cinco ‘off shores’, vem confirmar “algo que já tínhamos conhecimento” e que demonstra que “no caso BCP, a supervisão não actuou correctamente”.

O Diário de Notícias noticiou hoje que o BCP comunicou ao Banco de

Portugal, em 2001, a existência de cinco das 17 ‘off shores’ que o governador do Banco de Portugal afirmou terem sido ocultadas pela administração do banco, então presidido por Jardim Gonçalves.

Dias depois desta comunicação, feita no decurso de uma inspecção do Banco de Portugal ao crédito dos grandes clientes do BCP, a entidade bancária corrigiu-a e enviou uma nova listagem, que passou a ser o documento considerado pela entidade supervisora da banca.

“Estamos a falar de 17 veículos ‘off shore’, que já estavam reportados nas contas do BCP, algo que sempre questionámos”, afirmou Hugo Velosa, para

quem uma das razões para as falhas de supervisão atribuídas ao Banco de Portugal é o facto de se “estar a falar de factos ocorridos entre 1999 e 2002”.

“Só em 2008 o Banco de Portugal levanta processos quanto à actuação do BCP e dos seus administradores”, referiu, sublinhando que “no caso do BCP, a supervisão não actuou correctamente”.

Questionado sobre a possibilidade de o seu grupo parlamentar requerer a presença de Vítor Constâncio na Assembleia da República para prestar esclarecimentos sobre o assunto, Hugo Velosa respondeu que “o PSD não tomará essa iniciativa, mas apoiará qualquer iniciativa que



surja”.

Segundo o deputado, o PSD não exigirá explicações do governador do Banco de Portugal, porque “tal não servirá de nada, uma vez que o governador sempre tentou justificar a actuação de forma insatisfatória”.

A 18 de Janeiro de 2008, o governador do Banco de Portugal disse à comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República que a existência das 17 off-shores foi desconhecida durante muito tempo e que a instituição, com as suas capacidades de intervenção, “não tinha real possibilidade de as ter identificado”.

A comissão, que apresentou um relatório inconclusivo em Setembro de 2008, trabalhou durante quase cinco meses para tentar apurar se os supervisores, sobretudo Banco de Portugal (BdP) e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), agiram correctamente face a infracções graves em relação as entidades sobre sua supervisão e, em particular, pelo BCP, no período de Janeiro de 1999 a Dezembro de 2005. - Lusa

Deputados do PSD por Santarém, pedem reintegração de Mação na NUT II

Os deputados do PSD eleitos por Santarém entregaram no Parlamento uma proposta de Projecto-Lei que visa a reintegração do concelho de Mação na NUT II (Unidade Territorial para fins estatísticos) do Médio Tejo.

A integração de Mação na NUT II do Pinhal Interior Sul obrigou à saída deste concelho da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), que, ao abrigo da nova legislação, passou a albergar apenas os municípios da NUT II do Médio Tejo.

Esta medida levou a Assembleia Municipal de Mação a aprovar uma moção exigindo a integração do município no Médio Tejo, alegando as “consequências nefastas”, nomeadamente na área da saúde, para as populações.

A moção propunha que fosse desencadeado um processo que conduza à integração de Mação na NUT do Médio Tejo, “em virtude de ser aquela que melhor enquadra este município”.

É para aí que “nos deslocamos, onde temos relações de maior proximidade e onde trabalhamos em projectos conjuntos”, afirma a moção.

Os deputados social-democratas lembram, na sua proposta de projecto-lei, que “90 por cento dos casos relacionados com a vida comercial, indústria e economia de Mação são tratados em Santarém, Torres Novas, Abrantes, Tomar e Lisboa”, locais de acesso facilitado pela A23 e A1.

Por outro lado, citam o actual presidente da CIMT, que sublinhou o facto de Mação sempre ter feito parte da comunidade de municípios do Médio Tejo, a qual chegou a liderar, e de sempre manter “uma óptima relação intermunicipal em relações institucionais”. “Atendendo ao exposto, impõe-se, por isso e por critérios da mais elementar justiça e adequação, proceder à reparação desta situação, reintegrando o município de Mação na região do Médio Tejo”, afirma a proposta do PSD.

- Lusa

Intervenção do Deputado José de Matos Correia A.R. 29.01.2009

Senhor presidente
Senhor primeiro-ministro
Senhores membros do governo
Senhoras e senhores deputados

Governar tem de ser, antes e acima de tudo, um exercício de verdade.

E todos percebemos porquê.

É que pode compreender-se que, nesta ou naquela ocasião, um executivo adopte uma política incorrecta ou assuma uma decisão inadequada.

Mas, o que em nenhuma circunstância se deve aceitar, é que um governo enverede, ainda para mais de forma proposta, por um caminho de inverdades e de enganar.

Que substitua o rigor e a seriedade pela encenação e pela mistificação.

Que desrespeite, sem pejo nem pudor, os cidadãos que lhe atribuíram a responsabilidade de os dirigir e perante os quais tem um indeclinável dever de lealdade.

Ora, infelizmente para Portugal e para os portugueses, este governo socialista tem assumido, sistematicamente, uma postura desse teor.

Uma postura que, em vez de ajudar à mobilização das energias e potencialidades de que o país dispõe, ao invés, dado azo a uma progressiva descrença nas capacidades nacionais.

Uma postura que contribui, de forma assinalável, para a progressiva erosão da credibilidade dos agentes políticos.

Uma postura que se encontra nos antípodas daquilo que o respeito pelos valores democráticos exige.

Ao longo destes mais de quatro anos, provas concretas de que se trata de uma estratégia querida e assumida não têm faltado. Tanto que para a sua mera enunciação seria insuficiente o tempo de que disponho nesta intervenção.

E, se interrogações ainda persistissem, os acontecimentos mais recentes não deixam, mesmo nos espíritos mais cépticos, qualquer margem para dúvidas.

Com efeito, o que dizer de um governo que, perante uma crise internacional cujos sinais de alerta há muito se faziam sentir, optou por desvalorizar, de forma leviana, a sua relevância?

O que dizer de um governo que insistiu em negar, até aos limites do impensável, a entrada do nosso país, ainda em 2008, numa situação de recessão económica?

O que dizer de um governo que, contra a unanimidade das opiniões abalizadas, foi capaz de trazer a esta assembleia uma proposta de orçamento de estado para 2009 assente em pressupostos e em previsões – para não lhes chamar palpites – que relevavam do domínio da pura ficção política?

Nunca é demais lembrar que no texto apresentado no passado dia 14 de outubro – isto é, há apenas três meses – o governo assegurava que, no corrente ano, o défice público seria de 3%, o desemprego atingiria os 7,6% e o crescimento do PIB rondaria os 0,6%.

Um mês e meio depois, isto é, a 28 de novembro, teve lugar a votação final global da proposta.

Rejeitando, teimosamente, todos os apelos à sua alteração, e apesar de o texto orçamental se assemelhar mais e mais, a cada dia que passava, ao argumento de uma comédia burlesca, o governo não mudou nem uma vírgula.

E, por causa dessa teimosia, eis-nos aqui de novo, decorridos menos de dois meses, a debater um conjunto de documentos, incluindo um orçamento rectificativo, que assentam em projecções bem diversas, para pior, daquelas cujo acerto o governo – e a obediente maioria parlamentar socialista – então acerrimamente sustentaram.

Tendo em conta a velocidade com que atravessou a vida política portuguesa, é caso para dizer que o orçamento para 2009 é uma espécie de speedy gonzalez dos



orçamentos!

Ou, se preferirem, que é mais rápido do que a própria sombra!

Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados
Seja-me permitido, neste momento, um pequeno desvio ao fio de raciocínio.

É que, ao reflectir sobre os factos a que aludi, veio-me à ideia uma situação ocorrida há não muitos anos atrás com o governo do eng. António Guterres e relacionada, também ela, com o tema do défice orçamental.

Num dia, não havia qualquer problema e o défice estava controlado.

No dia seguinte, o pânico instalava-se nas hostes e apresentava-se atabalhoadamente um plano composto por dezenas de medidas destinadas a evitar o acumular desse défice e a tentar, aliás sem qualquer sucesso, não desrespeitar os limites definidos no pacto de estabilidade e crescimento.

Recorda-se, senhor primeiro-ministro?
Recordam-se, senhores ministros?
Recordam-se, senhores deputados socialistas?

Seguramente que sim, porque muitos são os mesmos!

Então e agora a atitude é comparável; o “modus operandi” é similar; a irresponsabilidade é a mesma.

É verdade que, como diz o nosso povo na sua imensa sabedoria, quem sai aos seus não degenera.

Valha-vos ao menos isso, senhores membros do governo e senhores deputados socialistas!

Voltemos contudo à questão dos números agora apresentados e que hoje escrutinamos.

Segundo o governo, os novos valores para 2009 são de 3,9% para o défice orçamental, 8,5% para o desemprego e menos 0,8% para o PIB.

E, para 2010, as previsões que elenca são de, respectivamente, 2,9% para o défice, 8,2% para o desemprego e 0,5% para o PIB.

Perante tais valores, que se afastam em muito das projecções elaboradas por várias e prestigiadas instituições internacionais, ressalta à evidência que o governo prefere insistir na negação da realidade.

Que o governo prefere insistir na apresentação de dados inconsistentes e incongruentes.

Que o governo prefere insistir na manipulação dos números, ao sabor das suas conveniências políticas e partidárias.

Numa coisa, porém, o governo é coerente: no modo insuperável como encena e põe em palco a farsa orçamental.

Iniciou o seu mandato com a farsa de um défice orçamental de 6,8% que nunca existiu, mas cuja ficção lhe deu muito jeito para mascarar a sua própria incapacidade reformadora.

E encerra a sua passagem pelo poder com a farsa dos números em que ninguém acredita e que estão a anos-luz de transmitir uma imagem real da situação financeira e económica de Portugal.

Este não é, pois, um orçamento de bons números.

É, isso sim, apenas mais um número dos inúmeros números de propaganda e engano do partido socialista.

Senhor presidente
Senhoras e senhores deputados

Apesar de tudo, e porventura com uma derradeira réstea de esperança, cheguei a pensar que o governo aproveitaria esta ocasião para aqui fazer um necessário acto de contrição.

Para vir dizer a este plenário e, através dele, a todos os portugueses, que reconhecia



ter errado e que estava sinceramente empenhado em emendar a mão.

Para demonstrar, ao menos por uma vez, que se disponibilizava para deixar de lado a sua permanente arrogância política e para ir ao encontro daquilo que são as verdadeiras necessidades e anseios da sociedade portuguesa.

É que, senhor primeiro-ministro e senhores membros do governo, em política como na vida, a humildade não é um erro, é uma virtude.

Não diminui, engrandece.

Não fragiliza, fortalece.

Em vão, porém, esperei isso.

E bastou ouvir as considerações iniciais do senhor ministro das finanças para compreender que tudo continua igual.

Que a soberceria, a incompetência e a obstinação permanecem as marcas identificadoras da acção deste governo.

A soberceria de quem se julga mais capaz do que qualquer outro.

A incompetência de quem não foi, não é, nem nunca será, capaz de encontrar, em cada momento, as políticas e as medidas de que o país necessita.

A obstinação de quem se recusa a aprender com os seus erros ou, sequer, a admitir que comete qualquer erro.

Há apenas uns dias, o ministro das finanças fez algumas declarações curiosas, que não tiveram grande impacto, mas que não resisto a recordar nesta ocasião.

Segundo o ministro, não há nenhum gps para a actual crise, pelo que teremos de nos guiar pelas estrelas.

Devo confessar que concordo com o senhor ministro, ainda que tão só parcialmente.

Na verdade, não é apenas agora que este governo não tem um gps, não tem uma simples bússola, não tem sequer a capacidade de identificar as estrelas pelas quais se deve orientar.

Porque, com este governo, Portugal não tem tido um ministério das finanças, mas sim um verdadeiro mistério das finanças!

E o resultado disso, para desgraça de todos nós, está agora bem à vista.

Senhor presidente

Senhoras e senhores deputados

Nos últimos tempos, o governo e, em particular, o primeiro-ministro, desdobram-se em afirmações que visam responsabilizar tudo e todos excepto, evidentemente, os próprios, pela grave crise que nos afecta.

Na sua perspectiva, muitos factores terão para ela contribuído: a situação económica internacional, a irresponsabilidade das oposições, o comportamento dos anteriores executivos, a incompreensão de muitos sectores da sociedade, etc, etc, etc.

Uma coisa é porém segura para o primeiro-ministro: nada daquilo que de mal nos está a atingir pode ser atribuído ao que o governo tem feito – ou deixado de fazer - nos últimos cinquenta meses. Absolutamente nada!

Como todos sabemos, atribuir aos outros as causas dos nossos próprios fracassos é uma atitude frequente. E, em política, ainda mais.

Mas é também sempre errada.

Nessa medida, aquilo que o país de nós exige é que, nas difíceis circunstâncias que atravessamos, sejamos capazes de atribuir responsabilidades e de apontar culpados



pela presente crise.

Ora, como o psd tem consistentemente afirmado, tantas vezes contra ventos fortes e marés poderosas, os principais responsáveis pelo actual estado de coisas têm nome e têm rosto: são o primeiro-ministro, o governo que chefia e o partido que o apoia.

É óbvio que não desconhecemos a dimensão da crise internacional actual.

E não ignoramos, igualmente, que um país com a nossa dimensão e as nossas características sempre seria afectado por essa crise.

Mas sabemos também que a dimensão que ela atingiu no nosso país se deve, em larguíssima medida, aos erros e às inconsequências do governo.

Insisto: estamos onde estamos por causa deste primeiro-ministro e deste executivo.

Estamos assim porque não souberam ou não quiseram fazer o trabalho de casa.

Estamos assim porque preferiram apregoar em vez de agir.

Estamos assim porque perderam oportunidades atrás de oportunidades para corrigir a rota.

E, o que é mais extraordinário, falharam em toda a linha quando dispuseram de tempo e de um conjunto, porventura irrepetível, de condições económicas, políticas e sociais particularmente favoráveis, tanto no plano interno quanto no domínio externo.

Mas, como se o acumular de dislates e de trapalhadas não fosse, por si só, suficiente, novos desenvolvimentos se registam e se anunciam.

Refiro-me, evidentemente, ao modo como o governo pretende enfrentar a crise e às medidas que vai apregoando.

De facto, o que têm os socialistas a propor ao país?

Apenas o mesmo de sempre, isto é, o recurso a investimentos públicos faraónicos, e de utilidade absolutamente discutível no momento presente, e à abertura de linhas de crédito para empresas já altamente endividadas.

Nada mais, portanto, do que uma espécie de keynesianismo requeitado e tardio.

Medidas avançadas por quem assim demonstra como não entende que aquilo que fez sentido em alturas em que os estados viviam - ou podiam viver – numa lógica de autarcia económica, está longe de ser adequado num contexto global de economias abertas e interdependentes.

Propostas que, por isso mesmo, só podiam provir de quem continua a não vislumbrar as verdadeiras raízes dos problemas nacionais e a ser, em consequência, incapaz de encontrar as soluções para lhes por cobro.

Senhor presidente

Senhoras e senhores deputados

Após quatro anos de sacrifícios que lhes foi pedido que suportassem, os nossos compatriotas olham em seu redor e desanimam.

Porque veem um país pior, muito pior, do que aquele que tinham antes de este governo assumir funções.

Porque recordam que muito lhes foi pedido e agora nada lhes é assegurado.

Porque constatarem que as disparidades aumentaram e que se vive uma situação de estado de emergência social que, de resto, se agrava diariamente.

Porque se apercebem que temos uma economia cada vez menos competitiva, quando comparada com a dos nossos parceiros mais próximos.

Porque compreendem que o tecido empresarial nacional está progressivamente mais frágil e mais dependente.

Porque intuem que, a cada hora que passa, as possibilidades de construir um futuro melhor para si e para os seus filhos vão decrescendo.

E porque têm consciência de que o preço a pagar pelos fracassos deste governo vai ser muito elevado.

Um preço que não vai ser suportado pelos verdadeiros responsáveis, mas por todos nós.

Só que este tempo também pode e deve ser um tempo de esperança.

É que está nas mãos dos portugueses a possibilidade de pôr fim a este período de estagnação e de adiamentos em que o país vive desde abril de 2005.

Está nas mãos dos portugueses tomar as decisões que permitam mudar o rumo da governação e recuperar o tempo perdido.

Está nas mãos dos portugueses dar lugar à alternativa política de que o país tanto carece.

O psd, pelo seu lado, está disponível para protagonizar essa alternativa.

Uma alternativa que, como hoje todos já se apercebem, assenta em pressupostos diversos, em políticas diferenciadas e em objectivos distintos.

Se for essa a vontade dos nossos compatriotas, saberemos estar à altura do desafio.

Como sempre, por Portugal.

Disse.



A Comissão Europeia viu-se obrigada a iniciar processos de infracção contra Portugal e outros 10 Estados-Membros por não terem emitido novas licenças ou actualizado as existentes para mais de 4 000 instalações industriais já em funcionamento em toda a Europa. A Dinamarca, a Irlanda e Malta foram notificadas com primeiras advertências, enquanto oito outros países, advertidos em Maio passado, receberão agora as últimas advertências escritas. As licenças deviam ter sido emitidas até 30 de Outubro de 2007. Bruxelas, 29 de Janeiro de 2009

Ambiente: Comissão toma medidas

contra Portugal e outros 10 Estados-Membros devido à questão das licenças industriais

A Comissão Europeia viu-se obrigada a iniciar processos de infracção contra Portugal e outros 10 Estados-Membros por não terem emitido novas licenças ou actualizado as existentes para mais de 4 000 instalações industriais já em funcionamento em toda a Europa. A Dinamarca, a Irlanda e Malta foram notificadas com primeiras advertências, enquanto oito outros países, advertidos em Maio passado, receberão agora as últimas advertências escritas. As licenças deviam ter sido emitidas até 30 de Outubro de 2007.

Stavros Dimas, Comissário europeu para o Ambiente, afirmou: “É inaceitável que estejam a funcionar instalações industriais sem licenças legais que garantam a redução das emissões poluentes para valores mínimos. Estes procedimentos de emissão de licenças foram acordados por todos os Estados-Membros. Para proteger a saúde dos cidadãos e o ambiente, têm de ser respeitados.”

As infracções dizem respeito à Directiva relativa à prevenção e controlo integrados da poluição (IPPC), cujo objectivo é impedir e controlar as emissões industriais para o ar, a água e o solo.

A Directiva exigia que os Estados-Membros emitissem, até 30 de Outubro de 2007, novas licenças ou revissem e – se necessário – actualizassem as existentes para todas as instalações industriais em funcionamento antes de 30 de Outubro de 1999. No caso da Bulgária e da Eslovénia, tinham de ser emitidas novas licenças



ou actualizadas as existentes para as instalações industriais em funcionamento à data da sua adesão à União Europeia.

Os dados fornecidos pelos próprios Estados-Membros mostram que, em 11 deles, ainda há um elevado número de instalações para as quais não foram emitidas novas licenças ou actualizadas

as existentes. No total, são mais de 4 000 das cerca de 52 000 instalações industriais visadas em toda a UE.

Oito daqueles Estados-Membros tinham já recebido uma primeira advertência em Maio passado (ver IP/08/704). Agora, receberão uma última advertência, que é também a derradeira etapa antes de lhes ser instaurado um processo junto do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Os Estados-Membros em causa são Portugal, a Bélgica, a Bulgária, a Grécia, a Itália, os Países Baixos, a Eslovénia e a Espanha.

A Dinamarca, a Irlanda e Malta receberão primeiras advertências escritas pela mesma razão.

Procedimento jurídico

O artigo 226.º do Tratado habilita a Comissão a proceder judicialmente contra os Estados-Membros que não cumpram as suas obrigações.

Se a Comissão considerar que pode haver uma infracção à legislação comunitária que justifique a abertura de um processo por infracção, envia ao Estado-Membro em causa uma «carta de notificação de incumprimento» (primeira advertência escrita), pedindo-lhe que apresente as suas observações dentro de um determinado prazo, geralmente de dois meses.

Em função da resposta ou da ausência

de resposta do Estado-Membro, a Comissão pode decidir enviar-lhe um «parecer fundamentado» (última advertência escrita). Esse parecer estabelece de forma clara e definitiva as razões pelas quais a Comissão considera existir uma infracção ao direito comunitário e insta o Estado-Membro a agir em conformidade num determinado prazo, normalmente de dois meses.

Se o Estado-Membro não proceder em conformidade com o parecer fundamentado, a Comissão pode decidir remeter o caso para o Tribunal de Justiça. Se este considerar que houve infracção ao Tratado, o Estado-Membro infractor deve tomar as medidas necessárias para pôr termo a essa infracção.

O artigo 228.º do Tratado confere à Comissão poderes para agir judicialmente contra os Estados-Membros que não dêem cumprimento a acórdãos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, mais uma vez começando por enviar uma primeira advertência escrita («carta de notificação de incumprimento») e depois uma segunda e última advertência («parecer fundamentado»). Aquele artigo permite ainda que a Comissão solicite ao Tribunal de Justiça a aplicação de uma sanção pecuniária ao Estado-Membro em causa.

Para consultar as estatísticas actuais sobre as infracções em geral, ver:

<http://ec.europa.eu/environment/>





legal/implementation_en.htm

Para consultar os acórdãos do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, ver:

<http://curia.eu.int/en/content/juris/index.htm>

Para mais informações sobre a Directiva IPPC e a sua aplicação:

<http://ec.europa.eu/environment/air/pollutants/stationary/ippc/index.htm>

http://ec.europa.eu/environment/air/pollutants/stationary/ippc/ippc_indic_permits.htm

Contactos:

Barbara Helfferich: +32.2.298.20.10 ou +32.496.58.38.29 / Barbara.HELFERICH@ec.europa.eu

Lena De Visscher: +32.2.296.36.94 or +32.498.96.36.94 / Lena.DEVISSCHER@ec.europa.eu

Para mais informações sobre assuntos europeus:

http://ec.europa.eu/portugal/index_pt.htm

Comissão solicita a alteração da legislação portuguesa sobre a adjudicação de certos contratos públicos de serviços

A Comissão Europeia decidiu enviar a Portugal um pedido formal relativo à legislação portuguesa aplicável à celebração de certos contratos públicos de serviços, legislação essa que, na opinião da Comissão, viola as Directivas sobre Contratos Públicos. A legislação em causa favorece as pessoas colectivas em relação às pessoas singulares na adjudicação de contratos públicos de serviços para determinadas tarefas específicas (tarefa) e para a prestação continuada de serviços por profissionais liberais (avença). A presente decisão da Comissão assume a forma de um parecer fundamentado, que constitui a segunda fase do processo por infracção nos termos do artigo 226.º do Tratado CE. Caso não receba uma resposta satisfatória no prazo de dois meses, a Comissão poderá recorrer ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

A Comissão Europeia decidiu enviar a Portugal um pedido formal relativo à legislação portuguesa aplicável à celebração de certos contratos públicos de serviços, legislação essa que, na opinião da Comissão, viola as Directivas sobre Contratos Públicos. A legislação em causa favorece as pessoas colectivas em relação às pessoas singulares na adjudicação de contratos públicos de serviços para determinadas tarefas específicas (tarefa) e para a prestação continuada de serviços por profissionais liberais (avença). A presente decisão da Comissão assume a forma de um parecer fundamentado, que constitui a segunda fase do processo por infracção nos termos do artigo 226.º do Tratado CE. Caso não receba uma resposta satisfatória no prazo de dois meses, a Comissão poderá recorrer ao Tribunal



de Justiça das Comunidades Europeias.

A Comissão considera que o n.º 2, alínea b), e o n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12 A/2008 favorecem as pessoas colectivas em relação às pessoas singulares aquando da adjudicação de certos contratos públicos de serviços, na medida em que determinam que esses contratos devem ser, em regra, adjudicados a pessoas colectivas. A adjudicação dos contratos a pessoas singulares só é possível em circunstâncias

excepcionais e mediante aprovação prévia do Ministro das Finanças.

Por outras palavras, as disposições em causa fazem com que seja extremamente difícil a uma pessoa singular ter acesso a esses contratos.

A restrição viola o n.º 1 do artigo 11.º da Directiva 2004/17/CE e o n.º 1 do artigo 4.º da Directiva 2004/18/CE, nos termos dos quais os candidatos ou proponentes não podem ser rejeitados pelo

simples facto de, ao abrigo da legislação do Estado Membro em que se efectua a adjudicação, serem uma pessoa singular ou uma pessoa colectiva. A mesma restrição viola ainda os princípios do tratamento equitativo, da não-discriminação e da transparência consignados no Tratado CE, no que diz respeito aos contratos de valor inferior aos limites definidos naquelas directivas.

Tendo em conta a importância económica dos contratos em questão, para a execução de determinadas tarefas específicas (tarefa) ou para a prestação continuada de serviços por profissionais liberais (avença), bem como o elevado número de autoridades adjudicantes e operadores económicos abrangidos pela lei, a Comissão Europeia considera que os potenciais efeitos económicos desta discriminação no mercado interno são substanciais.

As informações mais recentes sobre processos por infracção relativos a todos os Estados-Membros podem ser consultadas no seguinte endereço:

http://ec.europa.eu/community_law/index_en.htm

Para mais informações sobre assuntos europeus:

http://ec.europa.eu/portugal/index_pt.htm

José Luís Arnaut, por unanimidade Presidente da CCDJ da Ass. Parlamentar do Conselho da Europa

O deputado do PSD José Luís Arnaut foi hoje eleito por unanimidade presidente da Comissão de Cultura, Desporto e Juventude da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, cuja chamada “sessão de Inverno” decorreu na cidade francesa de Estrasburgo.

É a primeira vez que um português é eleito para a presidência de uma comissão da Assembleia Parlamentar, que agrupa 636 membros (318 titulares e 318 suplentes) de 47 parlamentos nacionais e é um dos principais órgãos do Conselho da Europa.

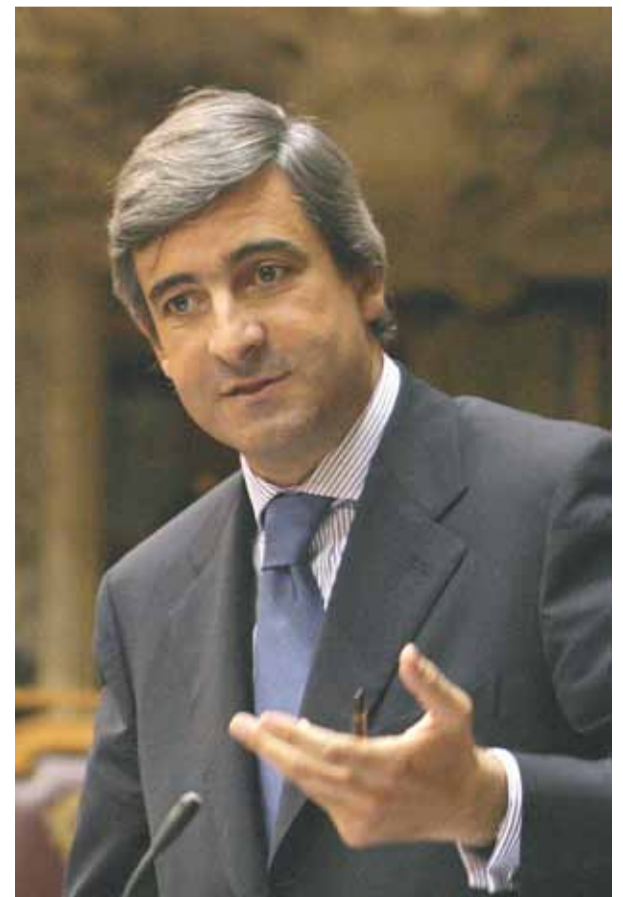
“A minha eleição decorre do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, sobretudo na área do Desporto”, disse à Lusa José Luís Arnaut, que é presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD e foi ministro Adjunto do Primeiro-Ministro no Governo de Durão Barroso, com a tutela do

O deputado português tem estado na primeira linha da discussão sobre o modelo europeu do desporto desde que elaborou o Estudo Independente Sobre o Desporto Europeu (conhecido precisamente como “Relatório Arnaut), encomendado em 2005 pela presidência britânica da União Europeia (UE), com o apoio da UEFA e da FIFA e que abordava sobretudo as questões do futebol.

Desse trabalho resultou um relatório denominado “A Necessidade de Preservar o Modelo Europeu de Desporto”, que foi discutido em sessão pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Fundado a 5 de Maio de 1949, o Conselho da Europa é considerado a mais antiga instituição europeia em funcionamento, abrangendo cerca de 800 milhões de pessoas em 47 Estados, incluindo os 27 que formam a União Europeia.

Os seus objectivos, vertidos numa carta de princípios, são “a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa”. - Fonte: Lusa





A POLÍTICA TRAPALHONA

Vasco Graça Moura (*)

Campos e Cunha, que foi o 1º ministro das Finanças de José Sócrates e vem publicando no Público uma série de artigos de leitura imprescindível, não podia ser mais claro no de 23 de Janeiro. Aí explica muito bem como a descida do rating do país, na avaliação da Standard & Poor, torna mais difícil e mais cara a obtenção de crédito pelo Estado português e pelos bancos que se financiem no estrangeiro com a garantia dele e, sendo assim, como o aumento do investimento público implica maior recurso ao financiamento externo por parte do Estado (encolhendo, de resto, o que estaria disponível para os bancos, com as evidentes consequências negativas para as empresas e para as famílias), acarretando maiores défices orçamentais e mais endividamento, numa espiral delirante...

Citando o referido professor: "A

política pública anunciada só poderia ter (algum) sucesso se o Governo, simultaneamente, cortasse nos grandes investimentos", mostrando conter o seu recurso ao financiamento e reorientando o investimento. E ele esperava ainda que a cimeira ibérica pusesse "um ponto final no TGV para Madrid", isto é, que o primeiro-ministro tivesse um lampejo de bom senso.

Manuela Ferreira Leite, que já tinha definido uma posição semelhante quanto ao TGV, explicita identicamente, no Expresso de sábado passado, a correlação entre a descida do rating e "o agravamento dos custos de financiamento das empresas, das famílias e do Estado", o que repetiu no fim-de-semana: "Se o Estado for sufocante e consumir todo o crédito, ficaremos ainda mais pobres. O crédito tem que chegar às empresas e às famílias."

O TGV não terá qualquer efeito na criação de emprego, na produtividade ou na competitividade em 2009 e 2010, anos de grande agudização da crise. Ou melhor, só terá o efeito perverso de cercar grandemente as possibilidades de o Estado recorrer ao crédito para fazer face aos problemas.

A questão mostra a que ponto vai a irresponsabilidade de José Sócrates.

Este primeiro-ministro corresponde muito mais ao tipo do finório vivaço do que ao do governante competente.

Concebe a governação como um desenrascanço permanente e mal escrutinado, com a orquestração sistemática de uma propaganda desenfreada apontando às eleições.

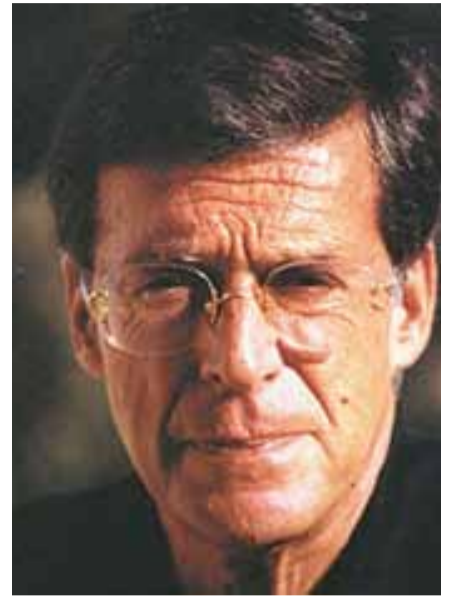
Toma medidas sem critério, faz anúncios precipitados, ri-se muito para a televisão, julga que navegar à vista é a melhor maneira de resolver os problemas.

Basta ler a sua entrevista ao DN em 25 de Outubro para verificar a imprudência com que ele então sustentava posições que, recapituladas a posteriori, seriam do mais puro ridículo se não fossem escandalosamente levianas.

Mas, que Diabo!, se José Sócrates não quer ouvir a oposição (e só lhe ficava bem apear-se da sua arrogância para alguma vez o fazer), ao menos bem podia prestar atenção ao que diz o Presidente da República e ao que confirma quem é autoridade incontestável no interior do seu próprio campo...

Mas não. Em vez de promover uma análise serena das implicações e consequências da construção do TGV num período de crise terrível como o que já se sente por todos os lados ainda a procissão vai no adro, vemo-lo muito apressadinho a correr para Zamora e reforçar o avanço da operação com «nuestros hermanos».

Antes tinha mandado os factotum

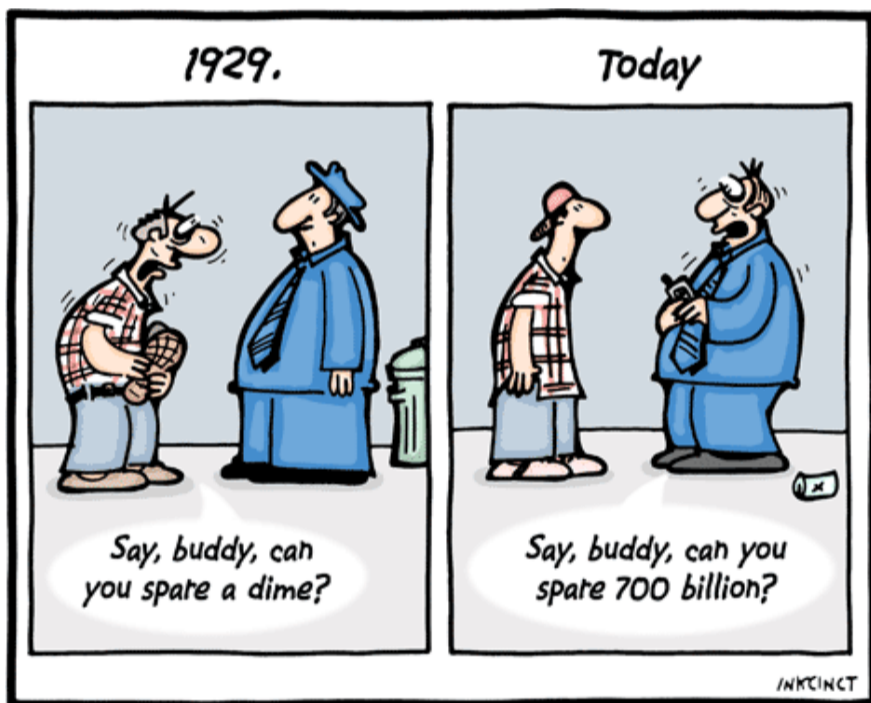


do costume esganiçar-se a dizer que já o Governo de Durão Barroso tinha assumido essa obrigação internacional e a estranhar que Manuela Ferreira Leite quisesse denunciá-la.

Não houve nada nem ninguém, nem sequer um mínimo de honestidade intelectual, que o fizesse ponderar coisas como alteração total dos pressupostos do acordo luso-espanhol, descida do rating e diminuição do crédito do Estado, insuficiência de reformas estruturais, derapagens brutais da economia..., enfim, crise nacional e mundial na mais plena aceção da palavra.

Campos e Cunha remata, lapidarmente, o seu artigo: "Atirar dinheiro aos problemas, na situação actual, não os afoga, fá-los crescer e com juros altos. A política trapalhona de apoio à economia tem em si o gene da sua própria destruição (...)."

Também já por mais de uma vez chamei trapalhona a esta governação socialista. Não há realmente volta a dar-lhe: é mesmo trapalhona! - (*) Escritor, Deputado europeu



1/102008-583 © INKINCNT Cartoons www.inkincnt.com.au

Pensa bem...

Jenny Holzer, Inflammatory Essays, 1979-82

O Medo é a mais elegante das armas,
Nunca suja as mãos de quem a usa
Ameaçar com uma sova é boçal.
É melhor trabalhar nos espíritos e nas crenças,
tocar nas inseguranças como nas teclas de um piano.
Sê criativo na aproximação ao problema.
Força a ansiedade até níveis extremamente dolorosos
ou, subtilmente, mina a confiança pública.
O pânico leva o rebanho humano a atirar-se para precipícios.
Uma alternativa é a imobilidade induzida pelo terror.
O medo alimenta-se de medo.
Põe este processo eficiente em marcha!
A manipulação não se limita às pessoas.
As instituições económicas, sociais e democráticas podem ser abaladas.
Demonstrar-se-á que coisa alguma é segura, sagrada, ou mentalmente sã.
Que não há paliativos para o horror.
... os conceitos absolutos são mercuriais, os resultados espectaculares!

Não fales comigo do alto da tua arrogância.
Não sejas delicado para mim.
Não tentes fazer sentir-me bem.
Não te descontraias - vou apagar esse sorriso do teu rosto!
Pensas que eu ignoro o que se passa.
Pensas que tenho medo de reagir.
Como te enganas!
Estou apenas à espera do meu momento,
À procura do lugar certo!
Pensas que ninguém te pode tocar,
Ninguém pode ter o que tu tens!
Mas eu tenho estado a planear, enquanto te divertes
e a poupar, enquanto gastas.
O jogo está no fim, chegou a hora de me conheceres como eu sou!
Ou queres cair, sem chegar a saber quem acabou contigo?

Trad. LR, ©JPP



A propósito da “urticária” provocada em alguns pelo “índice do situacionismo”

José Pacheco Pereira (*)

... Outro problema, que se tem vindo a agravar no nosso actual sistema jornalístico, nas duas grandes cidades, e que os blogues ajudaram a radicalizar, tem a ver com a prisão do ego (psicológica, identitária, grupal) nas opiniões emitidas e a resistência psicológica (ou mesmo a negação) em modificá-las. A relação com as “notícias” passa a ser de saber se elas são ou não conformes com a opinião do jornalista, e são tratadas na sua relevância e destaque apenas por esse facto. Parece “interpretação”, na realidade é facção.

É isso que é interessante de observar nos blogues dos jornalistas: o seu fechamento e hostilidade a tudo o que possa contrariar uma opinião previamente emitida, com a agravante de, por tudo se passar em público e num meio muito conflitual, poder afectar a “imagem” do seu autor. Por exemplo, os blogues de jornalistas hostis a Manuela Ferreira Leite (que são muitos) ficam incomodados quando as dificuldades do governo Sócrates podem aumentar as probabilidades de um bom resultado do PSD. Reagem mais à consequência do que à causa!

Muitos deles são escritos por pessoas hostis a Sócrates e ao PS, mas como são muito mais hostis a Manuela Ferreira Leite



Conferência de imprensa de Manuela Ferreira Leite para apresentar um “plano contra a crise” dois jornais noticiaram a conferência de imprensa, mas o Diário de Notícias (Ana Sá) aproveita-a (como habitualmente) para criticar Manuela Ferreira Leite de não falar do caso Freeport. Não custa imaginar o que seria se falasse...

te e são muito mais “postos em causa” por um seu bom resultado do que por um bom resultado de Sócrates (o que eles no fundo desejam psicologicamente para terem razão), a reacção é muito diferenciada na intensidade, no acinte, no tom. É um problema de proximidade afectiva. Eles têm uma política de proximidade com o PSD (quase sempre através de Passos Coelho, e menos de Menezes, ou Santana) e de distância do PS e de Sócrates, mas a proximidade conta sempre mais. São os amigos, os colegas, as conversas, as namoradas, os jantares, as bocas, uma cultura de identidade ligeira, light, mas que nos nossos dias é a que há. Para se ter outra, havia que viver e pensar diferente. Ler mais, trabalhar mais, mandar menos “bocas”, ter independência, pensar com liberdade, o que é de facto muito mais complicado.

É também por isso que os jornalistas são, regra geral, maus comentadores. Não só são muito pouco independentes, como não se afastam muito do seu ego de jantar e bocas. A actual blogosfera portuguesa é o seu terreno ideal, o seu caldo de cultura, o seu prato de Petri.

- (*) Professor universitário, escritor, comentarista político. ©JPP



Artigo de Opinião

Olha olha! Também o «El País»...

Alberto João Jardim (*)

De vez em quando, a propaganda socialista recorre a jornais do país vizinho, para fazer sair uns textos, denegrindo-me.

Talvez contando com uma certa subserviência ao que sobre Portugal se diga no estrangeiro, em certos sectores mal endémico da incultura nacional.

Por cá, na Madeira, cada vez contam menos as «opiniões» que venham de fora. Já disseram tantas mentiras e disparates, que hoje praticamente se limitam a constituir objecto de anedotário regional.

Há dias, foi a vez do «El País», conotado com os excêntricos socialistas espanhóis, gastar dinheiro – espaço e papel custam-no – desenvolvendo uma catilinária contra a minha pobre pessoa.

Ouvindo apenas a oposição regional – e que tipos!... – arrematando que eu recusara comentar os dislates nas páginas do dito «El País»!...

Nunca fui contactado por semelhante gente e, sendo filho único, obviamente que não tenho qualquer irmão gémeo que pudesse ter dado azo a tão insólita confusão.

O que me leva a concluir que os maus hábitos não existem apenas em certa comunicação «social» portuguesa, e que certos tiques são comuns ao «socialismo» capitalista europeu.

Mas, como me divertem, durmo bem, muito obrigado.

Nem comento apreciações de âmbito pessoal, não só porque não estou preocupado com justificar a minha maneira de ser, que gosto, como seria ridículo ligar a certo género de gente.

Só tenho uma curiosidade, tipicamente insular.

O que leva o «El País», próximo dos socialistas da antiga Espanha imperialista, a se preocupar com o meu humilde ser?...

Claro que apesar do texto montado em tom de propaganda negativa, o «El País» teve de reconhecer que a minha durabilidade política assenta em eleições livres e legais. E apesar de saber, como



poucos, o peso que têm as campanhas pessoais orquestradas na «informação», quando se quer liquidar alguém politicamente.

Não custava à folha espanhola, dizer

que eu também, em Portugal, sou recordista como alvo de tal modelo de «jornalismo»...

O ridículo do «El País», quando falam de «multiplicidade de cargos» está em não saber que outros meus cargos na República Portuguesa resultam de inerências constitucionais e legais, e não de favores ou nomeações por parte de quem quer que seja.

O referido jornal situacionista espanhol não acerta uma, quer quanto ao número de habitantes do arquipélago, quer quanto ao montante dos Fundos Europeus de que a Madeira beneficiou – a propósito, estão bem aplicados nalgumas regiões de Espanha?... – quer quanto às transferências do Orçamento do Estado português (quem dera que fosse verdadeira a contabilidade do «El País»!...).

A folha vai buscar parente falecido – em choque com o velho regime quando



este caiu – para me colocar como uma espécie de «comissário» do Dr. Salazar, este um anti-autonomista que, pior para a Madeira, só José Sócrates!...

Distorce a realidade, ao omitir que a maior parte da imprensa escrita da Madeira é contra mim, bem como vai ao ponto de não dizer que a RTP e RDP locais, tuteladas pelos socialistas de Lisboa, andam numa fôna contra o meu Governo, o meu Partido e a minha pessoa. Mas não fala da legislação socialista que visa fechar comunicação social incómoda.

Inventa uns delírios de derrotados que se justificam com «medo», como se não houvesse Tribunais em Portugal – algumas zonas de Espanha, é que parece que não... – e como se fosse possível desobedecer às determinações do Tribunal Constitucional português!...

E vejam este primor jornalístico: «na Madeira, são do PSD os velhos quadros do salazarismo que conservam cargos locais». Nem mais, nem menos!...

O 25 de Abril foi há trinta e cinco anos. Se assim fosse, a Madeira seria uma Gerontocracia, ou mesmo governada dos cemitérios, ou uma «ditadura da Terceira Idade», já que o «El País» se esqueceu de saber a idade dos Quadros sociais-democratas madeirenses!...

E, embora reconhecendo haver uma oposição à Direita – se somos «salazaristas», então o que esta não será?!... – também se «esqueceu» de dizer o ódio que me têm vários grupos do «antigamente», a «Madeira Velha», ao ponto de serem mais «chatos» que os próprios comunistas e preferirem o socialismo capitalista.

Claro que eu não quero mal, seja a quem for.

E, assim, se a prosa do «El País» não foi um frete aos amigalhaços desta parte da faixa litoral ocidental da península hispânica, então prevejo que, eticamente, também reproduzirá este meu texto.

Acreditam?...

* *

*

De vez em quando, aparecem propostas de um «trabalho» jornalístico «muito importante» nas páginas de imprensa mais vendida, nacional ou estrangeira.

Porque no mundo de hoje impera a massificação acéfala, a burguesia, principalmente na classe média alta, tem necessidade de seguir a moda, só se sente bem se agrupalhada. Então ei-la «enfiando» tudo e mais alguma coisa, consumindo acriticamente certa «informação» só porque «os outros» também a consomem, permitindo assim a certa gente atingir tiragens significativas, mas de conteúdo pobre.

É fino...

Tais «trabalhos» para o papel, pintados como «importantíssimos» para a «promoção» ou «divulgação» de qualquer coisa, vêm acompanhados de...pedidos de publicidade!

E quem a não dá, parafraseando o Dr. Jorge Coelho... «leva!».

- (*) Advogado, cronista, Presidente do PSD/Madeira e do Governo Regional

Cartas e mensagens ao PSD

Uma alternativa prática e barata ao TGV?

Em alternativa ao TGV, o Governo deveria trabalhar em conjunto com a CP para poder fazer uma renovação das estações por onde passa o Alfa-Pendular e a manutenção cuidadosa das linhas..

É uma solução muito mais sustentável e ao mesmo tempo suficientemente rápida, pois o nosso País não tem dimensão ou tráfego suficientes que justifiquem o TGV.

O Alfa-Pendular é rápido, pode ser feito mais rápido; e é mais acessível aos bolsos dos portugueses. - Mário Martins, militante de base

Este País não é para velhos?

Venho dar a minha opinião no sentido de ajudar o País e os Portugueses nesta fase de recessão, pensando que talvez PSD possa ajudar no seguinte:

1º - Quando da Oferta de Emprego (geralmente por anuncio nos jornais) por parte de qualquer Empresa ou Instituição Pública ou Privada, deveria (ou poderia) seja retirada a menção de idade máxima para admissão (P. ex.: Idade até 35 anos; Idade não superior a 40 anos, etc.).

Não sei se o objectivo das Empresas é privilegiar recursos humanos com menores exigências ou necessidades salariais. Mas eu penso que esta situação é discriminatória. Pois o eventual candidato, com, p. exº., 50 anos, tenha muita experiência e qualificações, a idade põe ser um “mais” e não um “menos”.

A questão da remuneração poderá ser resolvida a favor de ambos, na negociação



anterior à contratação, com a entidade patronal.

2º - Que sejam feitas auditorias por Entidades Estatais às Empresas de recrutamento e selecção, para que não haja práticas abusivas de favorecimento de colocação de recursos. - José António Gomes da Silva, simpaticante do PSD

Tem muitíssima razão, Senhora Presidente!

À Senhora Presidente do PSD:

Venho manifestar a minha total concordância com a sua posição na entrevista de dia 18 de Janeiro e com a sua posterior tomada de posição, relativamente ao novo Orçamento Rectificativo do governo PS.

É uma vergonha ter um Primeiro-Ministro tão presumido, autista e arrogante. Concordo em absoluto que o projecto

do TGV tem de ser abandonado. Gostei sobretudo de ouvir que “quando não se pode viver num palácio vive-se onde é possível, de acordo com a realidade de cada um”.

Sinto orgulho de ver uma senhora ser tão veemente e honesta num Portugal que está constantemente a ser adiado. - Teresa Faria, militante do PSD, Secção da Lourinhã

Finalmente!?

Fiquei satisfeita porque a Doutora Manuela Ferreira Leite está finalmente a atacar o Primeiro-Ministro onde lhe dói e onde ele merece.

Força e coragem. Oxalá o derrote. Ainda vai a tempo. - Maria Mercês, militante do PSD

António Maria Pereira

Embora não defendendo as ideias do PSD, gostava de apresentar o meu pesar pelo desaparecimento desse grande Homem que foi e será sempre o Sr. António Maria Pereira.

Sendo eu um homem de esquerda, guardo - com grande reconhecimento - que tomara muitos homens de esquerda deste país terem a coragem e o humanismo que pautou a vida política de António Maria Pereira. O país ficou mais pobre.... Um abraço de pêsames ao seu antigo Partido

Alexandre Costa

Apoio alimentar nas escolas, a crianças carenciadas

Com as carências das famílias, fruto da crise económica, o PSD deveria apostar na Acção Social Escola (ASE) procurando levar o ME a fornecer um pequeno almoço e um lanche às crianças mais carenciadas, situação não prevista até hoje e que só pelas Associações de Pais e à sua custa, é atendida.

No actual modelo, as crianças estão nas escolas desde as 9 e 30 até às 17 e 30 - e daí em diante, até que os pais as vão buscar. Deveria igualmente ser acertada a articulação entre o ME e o MSST para que os ATL possam continuar a desenvolver a sua missão. Por agora estão a fechar e a contribuir para o aumento do desemprego não se entendendo os dois ministérios que os tutelam.

Bem andou o PSD e a Doutora Manuela Ferreira Leite ao antecipar o conjunto de problemas graves que a nossa sociedade iria atravessar. Fica a impressão que nem tudo está a passar para o País real - e vice-versa!. Que se pode fazer mais para ajudar?

Que se pode fazer para calar aqueles que perderam as eleições internas no nosso Partido e aos quais o Governo oferece sistematicamente palco para se exibirem e meios para comunicarem?

Saudações sociais-democratas

José Oliveira Alves, militante do PSD



Notícias de Braga

Ecos da Reunião da Câmara de Braga de 29/01/09

PSD de Braga acusa ministro de centralizar gestão de Instituto Ibérico

A coligação PSD/CDS de Braga acusou hoje o ministro da Ciência de “centralizar em Lisboa” a gestão do futuro Instituto Ibérico de Nanotecnologias (INL) marginalizando a região e a Universidade do Minho (UMinho).

O líder da coligação “Juntos por Braga”, Ricardo Rio, sustentou em conferência de imprensa que, depois da saída em 2008 do investigador da UMinho, Carlos Bernardo, da gestão do INL, a universidade não participa no organismo luso-espanhol, “nem sabe de nada sobre o seu desenvolvimento e projectos”.

“Foi o trabalho científico da Universidade do Minho que justificou a vinda para Braga do Instituto, pelo que não faz sentido que ela seja, agora, marginalizada”, afirmou.

O reitor da Universidade do Minho, Guimarães Rodrigues, esteve reunido, sábado, com a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite a quem se queixou da actuação do Ministério da Ciência, quer no caso do INL quer no que toca à crescente diminuição do financiamento estatal às universidades.

Ricardo Rio sustenta que o Instituto Ibérico está a ser gerido “no secretismo”, já que, além da UMinho, a informação sobre o seu desenvolvimento não chega, também, a outras instituições universitárias e de investigação, e à comunicação social.

O INL é dirigido pelo espanhol José Rivas Rey, catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, que era coadjuvado pelo professor Carlos Bernardo, um dos mais conceituados peritos da Universidade do Minho na área das engenharias.

O organismo científico, cuja primeira pedra foi lançada em 2007 em Braga - durante a 23.ª Cimeira Ibérica - tem um investimento inicial de 30 milhões de euros, igual ao orçamento anual previsto.

Em 2008 arrancou a construção do primeiro edifício do complexo, que fica situado em terrenos municipais no centro de Braga.

Ocupando um espaço com 47 000 metros quadrados disponibilizado pelo município de Braga nas imediações da Universidade do Minho, o INL divide-se em vários espaços científicos, nomeadamente de “Micro e Nanofabricação Central”, “Laboratório Central de Microscopia com Sonda de Varrimento”, “Recursos Centrais de Biologia e Bioquímica” e “Laboratório Central de Caracterização Estrutural e Interface

O INL está já preparar a contratação de 200 investigadores de Portugal, Espanha e de outros países.

Nos últimos meses, o organismo tem recebido a visita de cientistas estrangeiros que vêm conhecer o projecto, e que o INL convida numa óptica de possível futuro



recrutamento.

Ricardo Rio sublinha que, a participação da UMinho na gestão do INL se justifica, “dado que, para além de um “cluster” das nanotecnologias, tem tido classificações de excelente e de “laboratório associado” nas avaliações feitas por instituições nacionais e europeias, nas áreas das biotecnologias, bioengenharia, polímeros e têxtil”.

PSD acusa Câmara de não reagir à crise

O PSD/Braga acusou ontem o Executivo da Câmara Municipal de não apresentar iniciativas que antecipem as evoluções da crise económica.

O líder da oposição, Ricardo Rio, defendeu que a maioria socialista «tem que ter uma postura pró-activa» e não ficar acomodada a acompanhar o que se passa. «A acompanhar estamos todos, a Câmara tem mais responsabilidades do que isso», atirou o vereador.

No entender do PSD, o executivo tem que agir numa lógica de proximidade e desenvolver iniciativas, juntamente com outras entidades, como o Centro de Emprego, no sentido de requalificar os trabalhadores para que estes possam mudar a sua aptidão profissional para outra área de actividade.

«Por mais que as notícias surjam de um momento para o outro, nada disto acontece de surpresa. As dificuldades com que as empresas se deparam têm sinais claros que as antecedem», disse Ricardo Rio, considerando que o presidente da autarquia devia estar preocupado com os anúncios de encerramento de empresas e paragens temporárias de trabalho (lay-off). «Não há campo de futebol, praça em frente ao Theatro Circo que possa suprir a ausência de oportunidade de trabalho», atirou ainda.

S. C. Braga: Ricardo Rio releva incoerências de Mesquita Machado

Na opinião da concelhia laranja de Braga, Mesquita Machado deveria ter defendido o clube em primeiro lugar na qualidade de autarca e só depois a título individual, uma vez que o Braga “é a colectividade mais representativa do concelho e que muito tem contribuído para a afirmação da sua imagem e para a dinamização económica”.

Numa moção submetida a votos em reunião de câmara, o PSD propôs que o executivo repudiasse as “discriminações” que têm afectado o Braga, bem como a “postura dos organismos do futebol profissional, exigindo-lhes que adoptem uma postura de isenção e equidade de tratamento de todos os concorrentes”, recordando que a Autarquia é a terceira maior accionista do S.C.Braga, SAD, detendo 20% do seu capital social.

A referida moção acabou por ser chumbada pela bancada PS (maioria).

Nada espantado com a rejeição da moção apresentada pelo PSD, Ricardo Rio fez alguns reparos ao autarca bracarense Mesquita Machado. “Não é possível separar as diferentes camisolas que um cidadão veste. Quando um presidente da Câmara se alheia desta forma de uma questão importante para o concelho, assumindo tomadas de posição mais drásticas noutras cargos que também exerce, acaba por ser claramente incoerente”, observou o líder da concelhia laranja, acusando ainda o autarca bracarense de nunca ter assumido uma posição de força enquanto dirigente desportivo.

“Quem pugna pela verdade desportiva e até tem condições para lutar por ela dentro do sistema, deve ser coerente. Por um lado, esta rejeição da moção é um acto

incoerente perante a recente tomada de posição do presidente da Mesa da AG da FPF; por outro, é um acto coerente com aquilo que tem sido o alheamento da Câmara Municipal em relação a questões prementes para o concelho”, denunciou.

Em jeito de conclusão, Ricardo Rio foi mesmo ao ponto de afirmar que Mesquita Machado “é parte do problema” de que já foi vítima o Braga. “Durante os anos em que exerceu funções directivas nos diversos domínios do futebol, nunca lhe reconheci nenhuma iniciativa que tivesse contribuído para inverter o estado das coisas”, vinçou. - Do nosso correspondente

Distritais de Braga do PSD e do CDS/PP manutenção das cinco coligações autárquicas

As distritais de Braga do PSD e do CDS/PP acordaram a manutenção das cinco coligações que fizeram nas últimas eleições autárquicas e decidiram estudar o seu alargamento a outros concelhos, disse à Lusa fonte partidária.

O presidente da Distrital de Braga do PSD, Virgílio Costa, adiantou que as duas distritais, hoje reunidas na sede do PSD em Braga, decidiram reeditar as coligações municipais em Braga, Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho, Vizela e Cabeceiras de Basto.

Presente no encontro, o presidente da Distrital do CDS, Nuno Melo, adiantou que a reedição das coligações vai, agora, depender da vontade das respectivas secções concelhias, já que o balanço da junção política das duas forças partidárias no distrito é “globalmente positiva”.

No final da reunião, e antes da assinatura de um comunicado conjunto, Virgílio Costa disse que “está em estudo a possibilidade de alargamento da coligação a outros municípios”, embora escusando-se a adiantar quais os que serão abrangidos.

“Antes de mais há que falar com as secções concelhias, já que o processo de decisão das candidaturas começa ao nível local, passa pelo distrital e culmina na direcção nacional dos respectivos partidos”, acentuou.

As duas partes vão, agora, “apurar o estado exacto do processo autárquico em cada um dos 14 concelhos do distrito de Braga”, para depois de decidirem, caso haja interesse das secções concelhias, a manutenção das coligações ou a criação de novas alianças”.

Os dois partidos, que garantem ter “óptimas relações políticas”, comprometeram-se, assim, a realizar nova reunião dentro de dias, logo que esteja concluída a auscultação das secções políticas concelhias. - Fonte: Lusa

Deliberações da Reunião Pública de Câmara de 26 de Janeiro

A Câmara Municipal de Cascais, em reunião pública ordinária de 26 de Janeiro, entre outras matérias, deliberou:

1. Aprovar a contracção de um empréstimo no valor de € 9,5 milhões à Caixa Geral de Depósitos para aquisição do edifício Cascais Center, onde será instalada a Loja do Cidadão 2ª Geração, Atendimento e Serviços Municipais, bem como o Julgado de Paz.

2. Aprovar a proposta de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional em área afecta ao Plano de Pormenor da Área Envolvente à Villa Romana de Freiria e respectiva remissão à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) para posterior aprovação pela Administração Central.

3. Aprovar a celebração do protocolo de colaboração entre o Exército Português e o Município de Cascais para a Criação do Museu Militar de Artilharia de Costa e de um Parque Temático e Jardim, abertos ao Público nos terrenos da Bateria da Parede. O município vai ainda garantir e executar, em total concordância com o Exército – a quem compete ceder e enriquecer continuamente o espólio - as obras de recuperação, conservação e valorização do Forte e de ampliação e construção de outros edifícios e equipamentos necessários à sustentação económica do Museu Militar de Artilharia de Costa e suas dependências.

4. Aprovar o Projecto de Requalificação e Valorização Ambiental do Troço de Guincho – Guia.

Este projecto propõe a recuperação do sistema dunar e coberto vegetal, incluindo a eliminação de espécies exóticas infestantes e posterior monitorização; o estudo de uma solução viária, equacionando percurso rodoviário alternativo, estacionamento enterrado e/ou superficial e ciclovias; a recuperação de áreas percorridas por incêndios; a reformulação das construções e actividades associadas; a melhoria das acessibilidades em situações de ocorrência de incêndios e criação e manutenção de corta-fogos e de pontos de água; a requalificação e ainda ordenamento das actividades associadas aos viveiros de marisco e pesqueiros, incluindo rede de acessos e pontos de recolha de lixo; a demolição de edifícios abandonados ou degradados, promovendo a requalificação do espaço e a redução da pressão urbanística neste troço de costa; a demolição de viveiros desactivados e o enterramento das infra-estruturas aéreas.

5. Aprovar a cedência em direito de superfície de uma parcela de terreno com a área de 32.000m², situada no Livramento, freguesia do Estoril, à Cercica – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptados de Cascais, CRL, destinada a espaço agrícola. Esta cedência vai permitir transferir para este terreno as estufas, libertando espaço para a ampliação das instalações da Cercica.

6. Aprovar a rescisão do contrato-promessa de arrendamento referente à cave do Edifício S. José, em Cascais que regressa à posse do município. A fracção em causa vai agora ser requalificada visando proporcionar a instalação de um novo serviço “âncora” no centro de Cascais.

7. Atribuir um subsídio no valor de € 12 mil ao Grupo Musical e Recreativo Murtalense para apoio na elaboração do projecto de remodelação e ampliação da sede social, criando condições para melhor desenvolver as suas actividades, especialmente a nível teatral.

8. Atribuir um subsídio no valor global de € 535 mil às entidades parceiras para apoio ao desenvolvimento do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular e transporte de crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

9. Atribuir um subsídio no valor global de € 129 mil às entidades parceiras para apoio ao funcionamento



da Educação Pré-Escolar e respectiva componente de Animação Sócio-educativa no ano lectivo 2008/09.

10. Atribuir um subsídio no valor de € 210 mil à Fundação D. Luís I, designadamente no âmbito do Serviço Cultural e Educativo que proporciona actividades culturais diversas de natureza pedagógica dirigidas a crianças, jovens e adultos.

11. Aprovar um apoio de € 440 mil, destinado aos Agrupamentos de Escolas e que visa responder a necessidades de expediente e limpeza, gestão administrativa, manutenção de espaços ajardinados, manutenção de equipamentos, pequenas reparações e manutenção de

instalações, água, electricidade, telecomunicações e gás.

12. Aprovar a celebração de um contrato-programa com a ESUC – Empresa de Serviços Urbanos de Cascais, para a criação de piquetes de intervenção na via pública e para a promoção e elaboração de projectos de execução e fiscalização.

3.ª Edição do Programa Jovens Activos

A Câmara Municipal de Cascais, no contexto da sua intervenção na área da Juventude, vai dinamizar a 3.ª Edição do Programa Jovens Activos, programa facilitador da integração de jovens no mercado de trabalho.

O Programa Jovens Activos destina-se a empresas e outras entidades, preferencialmente com sede no concelho de Cascais, e a jovens residentes no concelho com idades entre os 18 e os 30 anos.

As empresas candidataram-se a receber os jovens proporcionando um plano de formação e acompanhamento que visa o desenvolvimento das suas competências pessoais e profissionais. Os jovens, cujas inscrições ocorrem num momento posterior, podem participar numa experiência formativa em contexto real de trabalho (estágio), preenchendo assim, muitas vezes, a primeira linha dos seus currículos e abrindo outras portas para o mercado de trabalho.

- © CMC

Notícias da Madeira

Comunicado do Governo Regional sobre declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores



1. Ontem, (dia 29) o Presidente do Governo Regional dos Açores afirmou «ser muito importante que o PS vença as próximas eleições para a Assembleia da República, de modo a evitar a tentação do PSD de Manuela Ferreira Leite de dar cabo da Lei de Finanças Regionais,» disse.

E prosseguiu: «É muito importante que o próximo Governo da República seja do PS, porque, se for do PSD, a sua primeira tentação será dar cabo desta Lei de Finanças Regionais e levar o dinheiro dos Açores para a Madeira».

2. Cabe comentar, em primeiro lugar, que a ética do Partido Social-Democrata não é a de quem dirige o Partido Socialista, pois nunca o PSD instrumentalizou o Estado para fins meramente partidários, como o vem fazendo o PS em relação à Madeira.

3. Em segundo lugar, e sobretudo, as declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores vêm comprovar que, de facto, à Madeira é actualmente retirado dinheiro para o Estado, o qual discrimina favoravelmente os Açores.

4. Jamais a Madeira deixou de ser solidária com o Povo Açoriano. Na última proposta de alteração da lei de finanças regionais, que visava repôr os Direitos do Povo Madeirense, mas que foi rejeitada pela maioria socialista na Assembleia da República, não eram minimamente atingidos os benefícios que discriminariamente os socialistas outorgaram aos Açores.

5. O que a Madeira tem Direito de exigir ao Governo Regional dos Açores, é que não esteja obcecado connosco, nem se meta na nossa vida. - O Presidente do G. R. da Madeira, Alberto J. C. G. Jardim

Notícias de Lisboa

Vereadores sociais-democratas querem saber onde param os processos do tempo das Câmaras socialistas, que desapareceram da sindicância

A vereadora social-democrata na Câmara de Lisboa Margarida Saavedra pediu “a lista dos processos que, de acordo com o vereador Manuel Salgado (PS) desapareceram” da autarquia.

A eleita do PSD reclama também saber que “diligências foram tomadas para averiguar” as causas do desaparecimento dos processos urbanísticos em reapreciação.

“Acho estes desaparecimentos muito convenientes. O senhor presidente vai ter de nos explicar que conclusões tira do desaparecimento destes processos”, disse Margarida Saavedra aos jornalistas, à margem da reunião pública do executivo municipal.

O vereador do Urbanismo afirmou que tinham desaparecido alguns dos cerca de 70 processos não abrangidos pela sindicância aos serviços de Urbanismo, que foram enviados para reapreciação, em Fevereiro do ano passado.

A possibilidade de os vereadores in-

dicarem para auditoria interna processos que não tenham sido abrangidos pelo relatório da sindicância foi uma sugestão do PSD, que não queria que o escrutínio ao Urbanismo da autarquia lisboeta ficasse limitado aos mandatos de Pedro Santana Lopes e Carmona Rodrigues.

Dois desses processos que desapareceram dizem respeito a obras de iniciativa municipal, como a do edifício do Campo Grande, onde funcionam os serviços do Urbanismo, e do estacionamento subterrâneo da Praça do Município.

Sobre estes processos, Manuel Salgado disse que “É claro que há um projecto de execução, outra coisa é o licenciamento, que foi o que não encontraram e que pode não existir porque é uma obra municipal”, defendeu.

Manuel Salgado escusou-se a revelar aos jornalistas quantos e quais foram os processos que desapareceram, uma informação que irá prestar primeiro por escrito aos vereadores. - Fonte: Lusa



Notícias do Algarve

Mulheres Sociais-Democratas promovem tertúlia sobre a Lei da Paridade

No próximo dia 7 de Fevereiro de 2009, sábado, em Tavira, às 15 horas, o Secretariado Distrital do Movimento das Mulheres Sociais-Democratas do Algarve (SDMMSDA), realizará a sua 3ª Reunião bimensal.

No final da reunião as mulheres membros daquele secretariado, oriundas dos vários municípios do Algarve, terão oportunidade de participar na Inauguração da Exposição – “Tavira Património do Mar”, seguida de visita guiada ao Palácio da Galeria.

O dia terminará com um jantar convívio no restaurante do empreendimento Pedras del Rey, a partir das 20 horas, onde participarão os presidentes das Comissões Políticas Distrital e de Secção, bem como o presidente daquela autarquia, respectivamente, José Mendes Bota, Rui Horta e Macário Correia.

No final do jantar o Grupo de Apoio Jurídico do SDMMSDA, irá promover uma pequena tertúlia subordinada ao tema: “A Lei da Paridade e os desafios eleitorais”. - Gab. Imp. CPS/PSD-Algarve



Notícias de Évora Encontro-Debate sobre o PRACE

Organização da CPS e Mesa da AS do PSD de Évora, subordinada ao tema: PRACE, reforma da Administração Pública ou atentado aos contribuintes e funcionários do Estado?

Data: 06 de Fevereiro

Início: 21 horas.

Local: Évora - Évorahotel

Programa:

21.00 - António Dieb e José Palma Rita

Acolhimento dos participantes, abertura da sessão, introdução do tema em debate e apresentação dos oradores convidados.

21.30 - Dr. Bettencourt Picanço, Presidente da Direcção do STE (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado)

Administração Pública – as alterações dos vínculos, das carreiras e das remunerações. Consequências;

22.00 - Engº João Carrilho, Conferência Nacional dos Mobilizados

A aplicação da mobilidade especial e os incumprimentos do Estado, expectativas e resultados para os trabalhadores e desenvolvimentos dos diferendos judiciais

22.30 - Dr. Arménio Santos, Secretário-Geral dos TSD (Trabalhadores Sociais Democratas)

O Estado da Nação e consequências para os trabalhadores; a crise financeira e as políticas económicas do governo, perspectivas laborais para 2009

23.00 - Debate

Fonte: CPS/PSD-Évora

Primeiras decisões de Berta Cabral tocam assuntos importantes da vida política e quotidiana local

A líder do PSD/Açores anunciou que o grupo parlamentar vai avançar com a criação de uma comissão de inquérito para investigar as sucessivas falhas no abastecimento de água no concelho de Angra do Heroísmo.

“O PSD tomará a iniciativa, imediatamente, na Assembleia Legislativa dos Açores, de promover a criação de uma comissão de inquérito para avaliar, com verdade, a situação de ruptura que se verifica no abastecimento de água ao concelho de Angra do Heroísmo”, afirmou Berta Cabral, durante um encontro com jornalistas para apresentação das conclusões da reunião da comissão política regional do partido, realizada quarta-feira à noite.

A líder social-democrata salientou que “é preciso averiguar todas as responsabilidades nesta matéria”.

*

A presidente do PSD/Açores anunciou, por outro lado, que a lista completa dos candidatos do partido às próximas eleições autárquicas vai ser revelada ainda durante este trimestre.

Berta Cabral expressou que o objectivo é vencer as autárquicas na Região e recordou o princípio da recandidatura dos actuais autarcas social-democratas.

A líder do partido anunciou, também, a recandidatura do eurodeputado açoriano Duarte Freitas pela lista nacional do PSD ao Parlamento Europeu.

A presidente do PSD/Açores reafirmou, ainda, as propostas do partido para combater crise na Região, nomeadamente no apoio às famílias e às empresas.

A redução do IRS até 30 por cento, criação de um sistema de apoio à aquisição de casa própria, complementar ao crédito à habitação, distribuição de medicamentos gratuitos para os pensionistas e acelerar os programas de obras de menor dimensão e fasear as obras de maior dimensão para que estas fiquem assim ao alcance das empresas locais e regionais são algumas das medidas apresentadas.

Financiamento da RTP/Açores na lei de finanças regionais

A líder do PSD/Açores propôs que o financiamento da RTP/Açores seja integrado na lei de finanças regionais, o que vai garantir a prestação de um serviço “autónimo, estável, funcional, independente e condigno”.

“Com o PSD, o financiamento das obrigações decorrentes do serviço público de televisão e de rádio nos Açores será integrado na lei de finanças regionais. Para termos um serviço autónomo, estável, funcional, independente e condigno”, afirmou Berta Cabral, em



conferência de imprensa.

A líder social-democrata salientou que a integração do financiamento da RTP/Açores na lei de finanças regionais, “com as devidas contrapartidas que ao Estado compete assegurar, garante um serviço responsável e responsabilizado em benefício das nossas ilhas”.

Berta Cabral manifestou, também, a “preocupação” do principal partido da oposição com a “situação degradada da delegação regional” da RTP.

“As sucessivas demissões das chefias e a posição concertada dos trabalhadores já não conseguem disfarçar que a RTP/Açores não está bem”, considerou.

A presidente do PSD/Açores referiu que “subsiste um problema de organização interna na delegação regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal”, ao mesmo tempo que se assiste “a um processo sem precedentes de subalternização inadmissível dessa mesma organização regional à estrutura nacional da empresa”.

“Em ambos os casos, procura-se fragilizar para controlar”, sustentou.

A líder social-democrata acrescentou que “o PSD não aceita que se queira condicionar o serviço público de televisão e de rádio nos Açores, seja por pressão política, seja por asfixia orgânica”.

Berta Cabral condenou ainda a “pressão arrogante e prepotente” por parte do poder político na informação do serviço público, recentemente denunciada pela subcomissão de trabalhadores da RTP/Açores.

“Nem o poder político pode interferir, nem as chefias o devem permitir”, afirmou.

PSD preparado para “renovar esperança” dos açorianos no futuro

O líder parlamentar do PSD/Açores considerou hoje que o partido está preparado, sob a liderança de Berta Cabral, para “renovar” nos açorianos os “sinais de esperança no futuro” dos Açores.

“O PSD está preparado para fazer renovar nos açorianos os sinais de esperança no futuro dos Açores. Sinais que tanto têm andado arredados do seu dia-a-dia. O PSD está pronto para apresentar uma alternativa de verdade, assente na estabilidade”, afirmou António Marinho, numa declaração política, feita na Assembleia Legislativa dos Açores, sobre o recente

congresso do partido.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores salientou que Berta Cabral “é uma líder clara”, com “provas dadas” e cuja “credibilidade técnica e forte capacidade de decisão são reconhecidas e admiradas”.

“Politicamente já provou do que era capaz, quer como governante, quer como autarca”, sublinhou.

O líder da bancada social-democrata considerou que, “aos olhos dos açorianos, o PSD, sob a liderança de Berta Cabral, é a garantia de uma verdadeira alternância, a afirmação de uma aposta que tem na democracia um ponto de honra inalienável, a certeza de uma alternativa assente na credibilidade e na estabilidade”.

“O PSD, com Berta Cabral, tem para oferecer um projecto de futuro e com futuro. Um projecto onde não há filhos e enteados, também no que concerne ao desenvolvimento harmónico do arquipélago. Uma proposta de desenvolvimento da Região em que as comunidades mais pequenas têm tanto a dar e a receber como as maiores e mais desenvolvidas”, frisou.

segundo António Marinho, o partido, com a liderança de Berta Cabral, “representa um novo projecto de desenvolvimento da sociedade açoriana, onde a igualdade de oportunidades é um lema, onde a justiça social é um objectivo a atingir, onde a aposta na juventude é uma certeza e o apoio aos mais frágeis é uma garantia”.

“Berta Cabral é uma aposta segura, é uma aposta estável, é uma aposta em que os Açorianos confiam”, afirmou.

- Gab. Imp. PSD/Açores



Proposta «Empreendedores para Combater o Desemprego»

Em Portugal, a taxa de desemprego nos últimos tempos tem continuado a crescer, muito por culpa do encerramento de várias micro, pequenas e médias empresas, não fossem estas representativas de mais de 90% do tecido empresarial do nosso país.

Este panorama tem teimado em repercutir-se de modo mais intensivo e progressivo sobre a classe etária mais jovem, abrangendo tanto jovens com formação genérica, bem como jovens com formação técnica profissionalizante, sendo que também se assiste a um novo fenómeno de jovens licenciados desempregados que coloca Portugal na cauda da Europa relativamente a este assunto, o que não deixa de assumir-se como paradoxal e aberrante, considerando o baixo nível de iliteracia do país. Podem ser identificadas várias causas para este problema, que agrupamos em três grandes clusters:

1. Formação – existem evidentes lacunas e falhas, transversais a todos os níveis do nosso sistema de ensino, que o tornam demasiado teórico e desalinhado com as reais necessidades do mercado. É um sistema essencialmente preparado para a “doutorice”, incapaz de gerar quadros técnicos intermédios, e os licenciados que o presente sistema forma, na sua generalidade, é incapaz de os vocacionar para a inovação ou para a formação de futuros empresários;

2. Empresarial – a falta de inovação no nosso tecido empresarial, essencialmente conservador e caracterizado por uma fraca competitividade, tem tido como consequência o encerramento de empresas e o fim de postos de trabalho,

fomentando ainda a precariedade laboral, com os já famigerados trabalhos de carácter temporário e falsos recibos verdes;

3. Atitudes – a cultura portuguesa é caracterizada por alguma ausência de espírito empreendedor, fraca capacidade de reconhecimento de oportunidades e elevado desconhecimento de fontes de financiamento e de programas de apoio ao empreendedorismo, o que coloca Portugal abaixo da média do empreendedorismo jovem da Europa.

A contratação por conta de outrem não é o único caminho possível!

*

Tendo em conta os problemas identificados, é necessário desenvolver estratégias tendentes à correcção deste “status quo”, em que por um lado exista a capacidade e “know how” técnico da força de trabalho ao dispor dos empresários, sendo assim fundamental uma séria e forte aposta no ensino técnico profissionalizante, bem como medidas que ofereçam segurança aos jovens e aos estudantes universitários, visto que o fantasma do desemprego nunca os deixará de acompanhar durante todo o seu percurso académico. É também necessário demonstrar aos jovens que a contratação por conta de outrem não é a única saída para o seu futuro profissional. Muito pelo contrário, esta opção traduz-se hoje num futuro com pouca autonomia e fraca flexibilidade. O empreendedorismo surge então como uma alternativa para o percurso profissional de um jovem. Tendo em conta estas evidências, consideramos que no nosso Distrito deveriam ser tomadas determinadas medidas, tais como:

Medidas promovidas pelas Câmaras



Municipais:

- Incentivos Fiscais às empresas que se queiram implementar no distrito de Setúbal;

- A promoção e desenvolvimento do empreendedorismo nos jovens promovendo sessões de formação empresarial, sobretudo relacionadas com as temáticas do planeamento, gestão, financiamento e “os primeiros 100 dias da Empresa”;

- Criação de Concurso de jovens empreendedores e apoio à criação de Planos de Negócio com apresentações de ideias e planos de negócio como o exemplo do DNA Cascais no Município de Cascais – www.dnacascais.pt – ou Amadora Empreende no Município da Amadora - Criação de incubadoras de empresas que ofereçam incentivos financeiros (e.g. descontos na renda mensal) nos primeiros anos de vida a empresas

criadas por jovens e “Spin-Offs” como a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional na zona centro do país - www.wrc.pt

Medidas promovidas pelo Governo Civil e Governo Central:

- Criação de base de dados que contenham empresas e jovens estudantes para criação de bolsa de estágios distrital;

- Criação de uma feira de Empreendedorismo Regional.

- Aposta em escolas de ensino técnico profissionalizante nas áreas de actividades estruturantes do distrito (cluster automóvel; turismo; agricultura; pecuária; pescas; vitivinícola; sectores sob alçada dos grandes projectos em vias e em curso como refinaria de Sines, porto de Sines e plataforma logística de Poceirão)

- CPD/JSD-Setúbal

Notícias do Barreiro

JSD/Barreiro ao lado da comunidade da Escola Augusto Cabrita «Nem barrigas a dar horas, nem Escolas a meio gás» JSD manifesta a sua perplexidade perante esta situação

A JSD Barreiro vem manifestar a sua total perplexidade face à situação actualmente existente na Escola Secundária Augusto Cabrita onde, por falta de suficiente pessoal auxiliar, o Conselho Executivo se viu obrigado a fechar o Bar por tempo indeterminado.

É inadmissível que as “barrigas possam dar horas” na sala de aula

O bar de uma é uma infra-estrutura de apoio essencial, ainda para mais numa escola que integra alunos do 3º Ciclo, onde muitos não podem sair a meio da manhã ou da tarde para comer em algum estabelecimento externo.



Não é admissível que, desde o início do ano, a escola viva numa política de

racionamento de recursos que obriga a fechar, à vez, outras estruturas como a biblioteca ou a papelaria. Não faz, pura e simplesmente, sentido, e a JSD manifestou ontem o seu apoio aos estudantes que se manifestaram.

A JSD junta a sua voz à dos estudantes e restante comunidade escolar

Estando visto que apenas com a força dos alunos e com a mediatização da situação a Direcção Regional de Educação (DRE) se sentirá compelida a tomar medidas, a JSD irá enviar uma carta à mesma, juntando a sua voz à pressão já exercida pela Escola Augusto Cabrita e

pelos alunos que, ontem, manifestaram o seu desagrado frente à CMB.

Não é só o bar que está em causa; é toda uma logística, é todo um sistema.

O fecho do bar foi a “gota de água”. Mas todo o sistema assenta numa lógica de distância e de falta de autonomia que, visivelmente, não é a melhor. A Escola Augusto Cabrita apresenta uma situação estruturalmente deficitária, que não será diferente de muitas outras escolas do Barreiro e do país, onde o meio gás conjuntural se tem tornado definitivo, uma situação que a JSD nunca deixará de denunciar. - JSD/Barreiro



Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alenquer, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na Biblioteca Municipal de Alenquer, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Discussão e votação do Relatório e Contas relativo ao ano de 2008
- 3 – Análise da situação política

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Edifício do Salto, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Análise e discussão da situação política
- 2 – Outros assuntos de interesse

ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sala Polivalente da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Discussão e aprovação das Contas de 2008
- 3 – Outros assuntos de interesse

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua António Almeida Brandão, n.º 4, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Aprovação de contas relativas ao ano de 2008

2 – Apresentação da documentação relativa à última reunião da Comissão Política Distrital alargada (metodologias autárquicas)

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Aveiro, para reunir no próximo dia 12 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 117 – 1.º andar, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Análise e aprovação das contas de 2008 do Partido a nível da Secção
- 2 – Análise da situação política partidária.

LAPA – NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Lapa - Lisboa, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede do clube "Sport Lisboa e Lapa", sito na Rua Buenos Aires, n.º 19 r/c, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Apresentação e análise do trabalho realizado pelo Executivo da Junta de Freguesia da Lapa no decurso do presente mandato
- 3 – Apreciação do parecer da Comissão Política sobre a candidatura aos órgãos da Freguesia da Lapa
- 4 – Discussão sobre a estratégia autárquica a prosseguir na freguesia

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Lousã, para reunir no próximo dia 07 de Março de 2009, (sábado) pelas 16h00, na sede concelhia, sita na Av. S. Silvestre, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Apreciação da proposta da Comissão Política de Secção, referente ao cabeça de lista do PSD à Câmara Municipal da Lousã nas eleições Autárquicas de 2009.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lousada, para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 17h00, na sede da Secção, sita na Travessa

S. Sebastião, 121, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Discussão e votação do Relatório e Contas de 2008
- 2 – Análise da situação política

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Mealhada, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, no salão Nobre dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Apresentação da candidatura/candidaturas às autárquicas 2009 e sua votação
- 2 – Aprovação das contas referentes ao ano de 2008
- 3 – Outros assuntos de interesse para a Secção.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2009, (terça-feira) pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Praça da República, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes a 2008

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Olhão, para reunir no próximo dia 07 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 15h00, na sede da Secção, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 r/c Dt.º, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Ponto da situação relativamente à candidatura do PSD à Câmara Municipal de Olhão nas eleições autárquicas 2009-02-02

SECÇÃO D – LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção D - Lisboa, para reunir no próximo dia 12 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sala Terraço das Estrelas do Hotel Confort Inn Embaixador, sito na Av. Duque de Loulé, n.º 73 (frente à sede da Secção D), com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Apresentação do Relatório e

Contas de 2008

- 2 – Ratificação das alterações ao Documento de Estratégia Autárquica
- 3 – Análise da situação política

SECÇÃO G – LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção G - Lisboa, para reunir no próximo dia 11 de Fevereiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Lumiar, 65-A, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Apreciação e votação das contas de 2008
- 3 – Apreciação e votação do Orçamento de 2009
- 4 – Análise da situação política

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tavira, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede da Secção (junto às instalações do Cartório Notarial de Tavira), sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4 Loja J, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Ponto único – Eleições Autárquicas 2009



PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 12 de Fevereiro de 2009, pelas 21:00 horas, na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua de Guerra Junqueiro, 64, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto Único – Análise da situação política actual.
- A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Isabel Pinho)

ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-



se o Plenário de Secção de JSD/Albufeira para reunir no próximo dia 6 de Março de 2009, pelas 21 horas, na sede da Secção, sita na Rua Vale das Pedras – Edifício Palmeiras, 1º Dto., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Albufeira.

Notas:

- As urnas estarão abertas durante o

período de uma hora e trinta minutos.

- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou quem estatutariamente o substitua, na Sede do PSD Albufeira, sita na Rua Vale das Pedras – Edifício Palmeiras, 1º Dto., até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa do Congresso (Daniel Fangueiro)

ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS DISTRITAIS JSD/VILA REAL

Concelho	Dia	Local	Período
Allijó	7/Março	Sede do PSD – Rua da Costinha, n.º 2 - E	16.00/18.00
Boticas	7/Março	Sede do PSD – Rua do Município	16.00/18.00
Chaves	7/Março	Sede do PSD – Av. Tenente Valadim – Ed. Valadim	16.00/18.00
Mesão Frio	7/Março	Sede do PSD – Lugar de Santo António	16.00/18.00
Mondim de Basto	7/Março	Sede do PSD – Rua José Maria D'Alpoim – Edifício Coelho	16.00/18.00
Montalegre	7/Março	Sede do PSD – Largo do Pelourinho, n.º 2	16.00/18.00
Murça	7/Março	Sede do PSD – Rua Dr. Manuel Morais Fonseca (antiga pensão Maganicha)	16.00/18.00
Peso da Régua	7/Março	Sede do PSD – Rua dos Camilos	16.00/18.00
Ribeira de Pena	7/Março	Sede do PSD – Salvador	16.00/18.00
Sabrosa	7/Março	Sede do PSD – Urbanização do Bacelo	16.00/18.00
S. Marta de Penaguião	7/Março	Sede do PSD – Rua dos Combatentes	16.00/18.00
Valpaços	7/Março	Sede do PSD – Av. 25 de Abril	16.00/18.00
V. Pouca de Aguiar	7/Março	Sede do PSD – Rua Prof. Mota Pinto	16.00/18.00
Vila Real	7/Março	Sede do PSD – Rua da Boa Vista, n.º 11 – 1.º	16.00/18.00

a) As listas devem ser entregues nas respectivas Sedes Concelhias, ao Presidente da Mesa do Plenário respectiva ou a quem o possa estatutariamente substituir. Entrega das listas em duplicado, segundo os Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD (Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DA JSD/VILA REAL DE 2009

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco Conselho Distrital da JSD/Vila Real para o dia 21 de Março de 2009, às 16h00, na Sede Concelhia do PSD/Chaves, sita na Av. Tenente Valadim, Edifício Valadim, em Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos distritais da JSD/Vila Real

a) As listas terão que ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente de Mesa do Congresso ou quem o possa estatutariamente substituir, na Sede Distrital do PSD/Vila Real, sita na Av. da Europa Edifício Encosta do Rio, entrada 7 – 2.º andar, em Vila Real.

b) O acto eleitoral tem início às 16h e termina às 18h30m

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD (Daniel Fangueiro)

CONSELHO DISTRITAL DA JSD/ALTO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Conselho Distrital da JSD Alto Minho para reunir no dia 7 de Março de 2009, pelas 17h00, na Sede Distrital da JSD, em Viana do Castelo, cito na Praça da Galiza, n.º46, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Eleição do Representante do Alto Minho ao Conselho de Jurisdição de Primeira Instância da Zona Norte da JSD das 17h até 18h30m.
- 2- Aprovação das propostas da existência de Núcleo Residencial da JSD em mais do que uma freguesia no concelho de Ponte de Lima (artigo 101º, número 2 dos Estatutos Nacionais da JSD).
- 3- Análise da situação Política Nacional e Distrital
- 4- Outros assuntos de interesse

Notas: As listas candidatas para “Eleição do Representante do Alto Minho ao Conselho de Jurisdição de Primeira Instância da Zona Norte da JSD” deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital da JSD em Viana do Castelo, cito na Praça da Galiza, n.º46, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 17h00m e as 18h30m.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Alto Minho (Carlos Ariceiro)

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Odivelas para o dia 17 de Fevereiro de 2009, pelas 21h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Odivelas, sito, Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11, C/v Direita, 2675 – 279 Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política;
- 2 - Informações.

A Presidente da Mesa do Plenário (Maria João Cardoso Ribeiro Delgado do Nascimento)

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Leiria da JSD, para o dia 20 de Fevereiro de 2009, pelas 21h00, na sede distrital da JSD, sita na Av. Dr. José Jardim, em Leiria, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

O Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD (João Pedro Ferreira)